



“FORAM VITORIOSAS NAS URNAS AS FÔRÇAS NACIONALISTAS”

VOZ OPERÁRIA

Nº 489 ☆ Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1958

CAUSAS DA DERROTA DE LUTHERO VARGAS E ADEMAR DE BARROS — AS CANDIDATURAS EM FOCO PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — «OS COMUNISTAS SE ORGULHAM DE HAVER CONTRIBUÍDO PARA ESSE TRIUNFO»

(Leia Entrevista de PRESTE na Página Central)

Relações Com o Leste

(Leia na 2a. pág.)

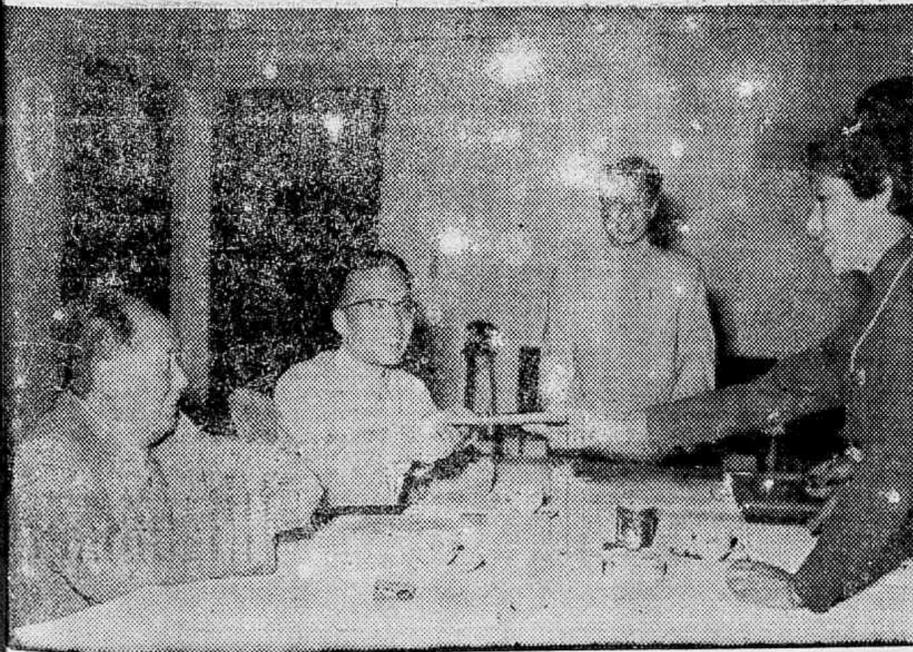


SERA' MAIOR A FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA

(LEIA NA PÁGINA CENTRAL REPORTAGEM SOBRE A NOVA COMPOSIÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Maria da Graça Com Mao Tse-Tung

Nossa redatora Maria da Graça, em sua recente visita à República Popular da China, teve oportunidade de ser recebida pelo Presidente Mao Tse-Tung. No clichê, Maria da Graça recebe de Mao Tse-Tung um livro por ele autografado. (Leia na 9a. página a 1a. de uma série de reportagens daquela jornalista sobre sua visita à China).



Inadiável a Revisão Do Salário-Mínimo

(REPORTAGEM NA ÚLTIMA PÁGINA)

Nova Fase na Luta Salarial Dos Bancários

(LEIA NA 10a. PÁGINA)

PREÇO de Exemplo 3⁰⁰

As Declarações de Mr. Rubottom — Pá de Terra na OPA

Mais uma decepção para a chamada «Operação Pan-americana» do sr. Juscelino Kubitschek. O Secretário de Estado adjunto do Departamento de Estado norte-americano, sr. Roy Rubottom, falando em Santa Bárbara, na Califórnia, declarou com tôdas as letras que a América Latina não deve esperar demasiada ajuda econômica dos Estados Unidos.

Segundo a imprensa, o discurso de Rubottom provocou alarmo entre os delegados do governo do Brasil na ONU.

Deve ser um alarmo fingido, porquanto, desde o primeiro momento, a OPA — no que ela pretende de fundamental, relações mais equitativas entre os países latino-americanos e os Estados Unidos — foi repelida pelo governo de Washington. Já na carta-resposta de Eisenhower à iniciativa de JK, o presidente americano considerava que o essencial era a execução mais completa da Declaração de Solidariedade da Décima Conferência Interamericana realizada em Caracas em 1954. Em outras palavras: repor na ordem do dia a velha e fracassada política do anticomunismo. Posteriormente, a visita de Dulles ao Brasil deu um fruto péco: a Declaração de Brasília, sem nada de concreto quanto à pretendida modificação nas relações entre os EE. UU. e seus vizinhos do Sul. Reafirmava-se apenas a obsessão anticomunista do secretário de Estado.

Agora, as declarações de Rubottom são mais uma pá de terra na Operação Pan-americana. Os Estados Unidos não tencionam rever em qualquer ponto suas relações com os países da América Latina. Estas relações, Washington só as compreende como de subordinação aos interesses norte-americanos. Esta é a política mais que secular do «Pan-americanismo», útil unicamente aos monopólios lanques.

Foi graças a esta política que os países da América Latina deixaram de receber 15 bilhões de dólares entre 1958 e 1955, somente devido ao desnível de valores entre os produtos primários que exporta e o que importa dos Estados Unidos e outros países. Foram 15 bilhões de dólares ganhos às nossas custas pelos monopólios norte-americanos sobretudo.

Que interesse têm assim os Estados Unidos em modificar

esta política que lhes proporciona lucros tão fantásticos? Este um dos pontos da questão.

Mas o ponto fundamental reside em que a própria colocação do problema da manelra como o fez o sr. Juscelino Kubitschek é falsa. Faz depender da boa vontade dos Estados Unidos a superação do nosso subdesenvolvimento, estímulos à nossa industrialização, preços mais justos para as nossas matérias primas em relação aos produtos manufaturados norte-americanos. Quando a iniciativa, em muita coisa, depende precisamente de nós. Não se justifica, por exemplo, que mais da metade do nosso comércio mundial esteja nas mãos dos Estados Unidos. Não se justifica que não tenhamos relações comerciais diretas com países que são enormes mercados potenciais como a União Soviética e a China. Não se justifica deixemos de aceitar vantajosas propostas de intercâmbio de produtos da nossa exportação normal — alguns em crise — por máquinas, como já sugeriu tantas vezes a União Soviética.

Quer dizer: depende de nós termos uma política independente em relação aos demais países. Enquanto esta política estiver sob os ditames do Departamento de Estado (como está acontecendo mais uma vez na Assembléia Geral da ONU, onde votamos tudo quanto querem os Estados Unidos) não teremos qualquer modificação a nosso favor em nossas relações com Washington.

Mister Rubottom, neste sentido, foi taxativo, abrandando sua declaração com o termo «demasiada» para significar que não haverá realmente qualquer ajuda — que de fato nunca houve. Tanto mais que os Estados Unidos estão longe de se verem livres da crise (ou «depressão») econômica que os assoborba. E não será pelos bellos olhos dos latino-americanos que vão comprar mais café e a melhores preços ou suspender as restrições que acabam de estabelecer para os miérios metais. A tendência, ao contrário, é se agravarem as condições dos países exportadores de matérias-primas, caso não procurem eles mesmos uma saída mais concorde com seus interesses.

E o ponto de partida para esta saída é se libertarem da dependência dos Estados Unidos. Somos, na América Latina, uma grande comunidade de povos, 170 milhões de latino-americanos, sobre um solo fecundo e um subsolo riquíssimo em matérias primas de todo gênero. E, a exemplo de outros povos dependentes, podemos quebrar as cadeias da submissão ao imperialismo e construir uma indústria poderosa, uma agricultura moderna, que nos assegurem uma existência digna e dias melhores para os nossos filhos.



CHU EN-LAI, Ministro do Exterior da República Popular da China, como outros dirigentes chineses, está em contacto estreito com os trabalhadores, os estudantes, o povo. Recentemente, Chu En-lai visitou instituições de ensino em várias partes da China, onde se leva à prática a política do PC da China de combinar o trabalho físico com a instrução. As fábricas são visitadas por estudantes, que tomam conhecimento e participam dos trabalhos. Na foto (agência Sinhua) vemos Chu En-lai inspecionando uma miniatura de motor de veículo feita por professores e estudantes da Universidade de Tsinghuá.

Relações Com o Leste

«A Tchecoslováquia está disposta a quintuplicar as suas trocas comerciais com o Brasil no espaço de dois anos» — declarou à agência France Press o embaixador do Brasil em Londres, sr. Assis Chateaubriand.

O sr. Chateaubriand passou cinco dias na Tchecoslováquia, na semana última, juntamente com o embaixador brasileiro na Bélgica, sr. Hugo Gauthier. As suas revelações à imprensa oferecem enorme interesse ao nosso país. Referem-se diretamente ao nosso comércio exterior, cujas dificuldades, no rumo atual, sob o monopólio dos Estados Unidos, tendem a crescer. E o sr. Chateaubriand disse que os tchecos estão dispostos a aumentar o valor de suas trocas com o Brasil de 20 milhões de dólares para 100 milhões. O café figura entre os pro-

duto que a Tchecoslováquia deseja adquirir, triplicando suas compras nos próximos dois anos. Prontifica-se a importar um quinto da produção brasileira de sisal, assim como algodão, cacau e mesmo açúcar, embora já tenha uma boa produção deste último produto. Em troca, a Tchecoslováquia fornecerá ao Brasil o que ele mais necessita e que hoje lhe custa os olhos da cara — máquinas. Como se sabe, a Tchecoslováquia é um país altamente industrializado. E tanto o sr. Chateaubriand como o sr. Gauthier ficaram otimamente impressionados com o parque industrial tcheco, ao visitarem a «Skoda» e as grandes instalações hidrelétricas, além de outras empresas. «Excelente impressão» — foram as palavras com que o sr. Chateaubriand traduziu sua opinião da Tchecoslováquia.

Tudo quanto informou sobre as possibilidades de incremento do comércio tcheco-brasileiro lhe foi dito pelas próprias autoridades tchecas. Então, por que permanece praticamente estacionário um intercâmbio com tais possibilidades de multiplicar-se rapidamente? Só há uma explicação plausível: falta de vontade de fazê-lo por parte do governo do sr. Kubitschek. Mas, se os interesses nacionais o reclamam, é evidente que o comércio entre os dois países não se desolve por pressão externa, cuja origem não pode ser outra que os Estados Unidos.

As revelações do sr. Chateaubriand impõem um esclarecimento da parte do governo brasileiro, ou melhor, medidas práticas imediatas que transformem a possibilidade em realidade.

Crônica Internacional

EM NOME DE QUEM FALA NA ONU SCHMIDT?

«O Estado de São Paulo» (15 de outubro) assim inicia sua correspondência de Nova York sobre a sessão do dia anterior na Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Geral da ONU: «O Brasil pediu hoje aos países membros da ONU que rejeitem a proposta soviética para cessação imediata e incondicional das provas nucleares».

Um esclarecimento se impõe: não foi o Brasil quem se pronunciou desta maneira vergonhosa; foi apenas o sr. Augusto Frederico Schmidt, membro da delegação brasileira à atual assembléia geral da ONU.

Assim, através desse negociante notório, sócio do trustes químico norte-americano, «Orquima», aparecendo internacionalmente como interessados no prosseguimento das experiências com armas atômicas e de hidrogênio. Que nos leva a assumir esta posição, inteiramente contrária aos profundos e tradicionais anseios de paz do povo brasileiro? Não temos bombas atômicas a experimentar. Não as teremos ainda por um longo período, e praza aos ceus não as tenhamos nunca. Desta forma, o sr. Schmidt só pode falar em nome dos interessados no prosseguimento deste crime que são as sucessivas explosões de armas nucleares, que envenenam a atmosfera terrestre, com graves danos para a vida humana. Quer dizer, em nome daquêles que até agora repeliram tôdas as propostas em favor da cessação de semelhantes provas: os armamentistas dos Estados Unidos e Inglaterra.

Não podendo argumentar contra a proposta da União Soviética de que cessem para sempre as experiências com armas nucleares, o sr. Schmidt se lançou a ataques furiosos contra a política exterior da URSS, tentando responsabilizá-la pela atual tensão mundial. Não podendo ignorar as insistentes iniciativas da URSS pelo desarmamento, pela redução das forças armadas das grandes potências e, em primeiro lugar, por medidas que conduzam à cessação das provas atômicas e ao desarmamento atômico,

o sr. Schmidt demonstra apenas incontestável má fé. Que ele seja contrário ao regime vigente na União Soviética, seja inimigo do socialismo, ninguém lhe contesta este direito. Mas, o sr. Schmidt não se limita a isto. Passa ao ataque aberto à política exterior da URSS, cujas iniciativas em favor da paz são universalmente conhecidas.

No caso concreto das experiências atômicas, a atual proposta soviética em discussão na ONU é uma das muitas apresentadas por Moscou, desde que os americanos lançaram bombas atômicas contra as populações civis do Japão. O governo soviético tomou uma medida concreta neste terreno: a 31 de março deste ano anunciou a suspensão das suas experiências nucleares, proclamando os Estados Unidos e a Inglaterra a fazerem o mesmo. A resposta anglo-americana foi negativa. Mais ainda: ambos estes países prosseguiram suas sérias de experiências no Pacífico. A URSS foi então obrigada a reiniciar as suas próprias, como havia advertido que o faria em caso de rejeição de sua proposta pelas potências ocidentais. Outro fato: a União Soviética já aceitou oficialmente as recomendações dos peritos atômicos em Genebra sobre a instalação de um sistema de controle das explosões nucleares. Os Estados Unidos e a Inglaterra nada disseram a respeito. E finalmente, ante a proposta da URSS na ONU, os anglo-americanos recomendaram a sua transferência para a Conferência de cientistas atômicos em Genebra, a para a Conferência de cientistas atômicos em Genebra, a para instalar-se a 31 de outubro. O sr. Schmidt lhes bate palmas, servilmente, concitando à rejeição da proposta soviética de cessação das provas nucleares.

E' o caso de perguntar: em nome de quem fala o sr. Schmidt — do governo brasileiro? da Orquima? Porque o povo brasileiro não é. O povo brasileiro quer a paz, e o sr. Schmidt advoga na ONU os interesses dos incendiários de guerra, simples porta-voz de Dulles e de sua política «à beira da guerra».

Racista Com Dinamite

Há dias, noticiava-se mais um ato de selvageria dos racistas norte-americanos: a destruição, com cargas de dinamite, de edifícios escolares onde deveria ser efetuada a integração, isto é, que poderiam ser frequentados por alunos de cor.

Esta semana, as agências telegráficas informam de um novo atentado de caráter racista nos Estados Unidos. Uma sinagoga de Atlanta ficou gravemente danificada pela explosão de uma tonela de dinamite. Círcos de 40 cartuchos desse explosivo, segundo os peritos policiais, foram empregadas para a destruição do templo judeu, cuidadosamente espalhadas pelo edifício.

Assim, não são somente os negros as vítimas do terror racial nos Estados Unidos; são também os judeus, como os latino-americanos e seus descendentes nas zonas do Sul.

Mas, se os racistas lançam mão do terrorismo é porque encontram apoio da parte das próprias autoridades americanas, como esse famigerado governador do Estado de Arkansas, Faubus. E porque escolas não fechadas, como vimos em fotografias há pouco reproduzidas pela imprensa brasileira, por ordem do governo federal, é porque a justiça americana condena a morte ou à prisão perpétua um negro que roubou um dólar, enquanto o Presidente Eisenhower dá mão forte a um corrupto confesso como seu ex-assistente pessoal, Sherman Adams, que permaneceu impune e cercado da simpatia oficial.

Al está a política de dois pesos e duas medidas — em relação aos racistas e em relação às suas vítimas. Política que provoca justificada indignação em todo o mundo.

Um Só Partido Nacionalista?

A grande lição que as forças nacionalistas devem extrair do pleito de 3 de outubro é a necessidade de maior coesão de suas fileiras. Naquêles Estados onde se obteve uma unidade mais sólida das correntes interessadas no desenvolvimento independente do país, ou onde se tornou mais clara para o povo a linha divisória entre o nacionalismo e o entreguismo, os grupos ligados aos interesses monopolistas estrangeiros sofreram derrota. Ali onde se verificou a dispersão do eleitorado nacionalista e popular, onde as forças políticas democráticas e patrióticas se apresentaram desunidas, como em São Paulo, no Distrito Federal ou na Bahia, os reverses se tornaram inevitáveis.

MUITO antes das eleições, já havíamos afirmado que não se devia identificar o amplo movimento nacionalista, abrangendo correntes e elementos de todos os partidos ou sem-partido, com as coligações eleitorais que se constituíram à base de plataformas nacionalistas. A experiência do pleito veio comprovar que o movimento nacionalista no Brasil, embora já tenha realizado grandes e significativos progressos, ainda não atingiu um grau de maturidade que permita aglutinar no plano político todas as correntes do pensamento nacionalista esparsas pelos agrupamentos partidários e outros setores da vida nacional. Em muitos casos, estas correntes vêm superando tal dispersão, mas ainda ocorre uma nociva separação ditada por compromissos de grupo ou interesses personalistas.

A necessidade de maior coesão política do movimento antiimperialista tem levado alguns setores a proporem a constituição de um partido nacionalista. Alegam os partidários desta idéia que a falta de conteúdo programático da maioria dos partidos brasileiros torna difícil, senão impossível, que eles se convertam em instrumento de execução de uma política nacionalista e democrática. Se-

ria necessário, assim, um outro partido que englobasse as forças antiimperialistas atualmente comprometidas com várias legendas partidárias, ou sem legenda.

SOMOS de opinião que a idéia de um tal partido foge inteiramente à atual realidade política do país e, se levada à prática, resultaria numa fragmentação ainda mais acentuada das correntes nacionalistas. O que a experiência tem provado é que, nas condições brasileiras, nenhum partido pode se considerar o representante único e exclusivo do pensamento nacionalista. O movimento nacionalista se apresenta, e tende a apresentar-se cada dia mais, como uma ampla frente única que inclui forças participantes de várias correntes partidárias e numerosas forças sem partido. Estas forças se diferenciam pelo seu caráter social e pelas suas concepções ideológicas, mas se unem para a conquista de objetivos comuns de interesse nacional. A amplitude e a unidade da frente única dependem, portanto, de que estas forças não somente se unam em torno de uma plataforma comum, mas também de que possam conservar sua independência política, ideológica e de organização. Pretender impor a estas correntes tão diversas uma direção única partidária é, não somente falso e artificial, como ainda profundamente prejudicial à aproximação e ao entendimento que se vêm processando entre as várias tendências antiimperialistas.

O movimento nacionalista já alcançou no último pleito uma base importante para a sua unidade política. As alianças eleitorais em torno de plataformas nacionalistas, vitoriosas em vários pontos do país, representam um passo para a coordenação das correntes nacionalistas atuantes em diversos partidos e um centro de atração para outras forças patrióticas. A unidade alcançada precisa ser mantida, alargada e consolidada na luta pela realização das plataformas aceitas em comum.

A MARCHA DE CABRAL & CABRAL

Parece que a Marcha da Produção não tem bons advogados na Câmara. Numa das últimas sessões da semana falaram sobre a Marcha, além do sr. Herbert Levy, que é comerciante de café «doublé» de líder da UDN, os srs. Castilho Cabral e Hugo Cabral.

Cabral e Cabral sustentaram, com muito calor, que a Marcha era pacífica e que portanto sua proibição constitua violência. Castilho Cabral, dizendo-se lavrador, afirmou que a situação dos fazendeiros de café era insustentável. Também se apresentando como lavrador, Hugo Cabral afiançava o mesmo.

Cabral e Cabral queixaram-se do Presidente da República, do Ministro da Guerra e do Ministro da Fazenda. Tiveram porém palavras de simpatia quanto ao presidente do Instituto do Café. Hugo Cabral proclamou, patético, ao soar dos clarins dessa nova Batalha de Itararé, que é a Marcha da Produção: «Renato Costa Lima é nosso».

A marcha é pacífica, afirmaram a uma voz Cabral e Cabral. Entretanto, Hugo Cabral, inflamado pelo efeito da própria oratória, ao concluir o discurso exclamou:

— O Norte do Paraná é um barril de pólvora!

E o capixaba padre Ponciano:

— O mesmo se pode dizer do Espírito Santo!

Hugo Cabral, querendo ser mais explícito, acrescentou:

— Ninguém poderá impedir que surjam revoltas armadas em todo o Estado!

Finalmente, Cabral, Cabral e Ponciano são a favor da Marcha ou da proibição da Marcha como medida de segurança?

O NOVO GOVERNO DE S. PAULO

A eleição do sr. Carvalho Pinto para o governo de São Paulo tem sido apresentada, pela chamada «grande imprensa», como uma vitória do entreguismo e uma derrota do movimento nacionalista. Essa interpretação não corresponde, entretanto, à verdade dos fatos.

Em primeiro lugar, não se pode esquecer que cerca de um milhão e 200 mil paulistas votaram no sr. Ademar de Barros, candidato das forças populares que se coligaram em torno de uma plataforma nacionalista e progressista. E que na eleição para a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa uma ampla maioria cabe precisamente a partidos que integraram essa coligação, como o PSP e o PTB.

Mas, além disso, é forçoso reconhecer que, devido a uma série de circunstâncias, não se deu em São Paulo uma perfeita polarização das forças nacionalistas no apoio ao sr. Ademar de Barros. Influentes setores populares, inclusive no seio do movimento sindical, formaram ao lado do sr. Carvalho Pinto, que contou também com o concurso de forças políticas de orientação nacionalista e democrática, como é o caso do PSB. O próprio candidato lançado pelo sr. Jânio Quadros assumiu, às vésperas do pleito, o compromisso de defender importantes reivindicações antiimperialistas do povo brasileiro, dentre elas a manutenção do monopólio estatal do

petróleo. Essa atitude do sr. Carvalho Pinto influiu, sem dúvida, em considerável medida, na decisão do eleitorado paulista ao escolher o governante de seu Estado.

Nessas condições, o sr. Carvalho Pinto assumirá o governo de São Paulo baseado no apoio de forças que se caracterizam por sua heterogeneidade. Esse fato indica que se desenvolverá, sob a sua administração, uma acirrada luta entre os setores que, apesar de suas tendências opostas — o nacionalismo e o entreguismo — apoiaram o candidato afinal vencedor. Essa luta se ferirá tanto em relação aos problemas fundamentais ligados à causa da emancipação nacional como às questões de interesse imediato das massas trabalhadoras e populares de São Paulo, que exigirão do novo governo medidas concretas visando à melhoria das suas condições de vida.

As forças nacionalistas democráticas do grande Estado tudo deverão fazer, portanto, a fim de impedir que, no governo a se empossar a 7 de abril, venham a prevalecer os setores de tendência entreguista e reacionária, cujas tentativas e manobras devem, desde já, ser denunciadas e energeticamente combatidas. Essas tentativas estão em pleno curso, como revela o adocamento da viagem a São Paulo do côrvo Lacerda, que o sr. Jânio Quadros, por sinal, se recusou a receber. Para que essa lute alcance êxito é indispensável, porém, que os patriotas e democratas de São Paulo, tanto os que apoiaram o sr. Carvalho Pinto como os que lhe negaram os seus votos, superem as divergências inevitáveis da campanha eleitoral e se unam solidamente exigindo do governador eleito o cumprimento dos compromissos que assumiu com o povo e em virtude dos quais foi conduzido aos Campos Elíseos.

Previsões Eleitorais de «Visão»

A revista norte-americana «Visão» (edição em português), em seu número de 3 de outubro fez uma série de previsões eleitorais. Vejamos estas e o resultado real do pleito:

PARÁ — «Tudo indica que Monteiro (Agostinho) vencerá». Venceu Zacarias de Assunção.

PERNAMBUCO — «Vitória tranquila de Apolônio» (Sales). O vencedor foi Barros de Carvalho.

ALAGOAS — «... tudo indica que Arron (de Melo) tem maior chance». Mas o vencedor foi Silvestre Pércles.

RIO DE JANEIRO — «Amaral é favorito». O favorito foi Miguel Couto Filho.

MINAS — «Se a lógica funcionar, Bernardes será eleito». A «lógica» de «Visão» não funcionou. O eleito foi Milton Campos.

semana PARLAMENTAR

PAULO MOTTA LIMA

«Ainda a companhia que teve seu coroamento em 3 de outubro, voltam dos Estados e Territórios, triunfantes ou murmurando, as primeiras pombas despertadas. E vivendo os últimos meses da presente legislatura, a Câmara retoma a vida normal.»

De acordo com a rotina, Lacerda de cordas vocais refeitas, mantém-se firme na posição de anticomunista profissional. Aproveitando o necrológio de Pio XII, investiu contra os «vermelhos». Um vício antigo, que nunca mais largou, desde que vendeu ao «Observador Econômico», em pleno Estado Novo, por cinco contos de réis, aquele famoso artigo tão útil à gestapo do coronel Müller.

Outra atitude rotineira, a se registrar na Câmara, foi do sr. Herbert Levy, Terça-feira última o «gentleman» paulista aproveitou mais uma vez as facilidades regimentais de que desfruta como líder para tratar do problema do café de acordo com as diretrizes de sua firma de Santos.

Na mesma oportunidade, o representante udenista apresentou requerimento de informações, dirigido ao Ministério da Guerra, sobre a proibição da chamada Marcha da Produção. A marcha, disse o sr. Levy, tem fins pacíficos e não subversivos. Os fazendeiros, acrescentou, têm fundados motivos para procurar os caminhos do desespero, numa «demonstração gramática, é verdade, mas nunca perigosa para a ordem pública». Marcha pacífica, não subversiva, desesperada e dramática. Eis a coisa em resumo.

É verdade — informou ainda o sr. Herbert Levy — que o FARESP ontem estava contra a demonstração. Mas depois a proibição solidarizou-se com os manifestantes».

Essa parte referente à atitude da FARESP deu margem a novas confusões. O advogado Castilho Cabral, dizendo-se membro da Federação das Associações Rurais, afirmou que o FARESP nunca esteve contra a marcha. Mas o sr. Levy afirmou que sim, que esteve contra, tanto assim que man-

dou comunicado aos jornais, revelando sua posição. O sr. Castilho, também irredutível, informou que trataria do caso no dia seguinte, em assembleia da Federação das associações rurais de São Paulo.

Primeiras escaramuças da marcha...

Em dois dias da semana, fez o sr. Sérgio Magalhães dois protestos seguidos. O primeiro, reclamando que a Comissão encarregada pelo governo de estudar o caso da Telefônica se mexa. Trata-se da questão da entrega ao Departamento de Correios e Telégrafos de parte dos serviços telefônicos do Distrito Federal, em vista da incapacidade revelada pela subsidiária da Light, que instituiu um sistema de prioridade entre os candidatos a assinaturas de telefones. A simples existência de um sistema de prioridade, que se mantém desde quando estávamos em guerra, argumenta o sr. Sérgio Magalhães, é sinal de que a Telefônica não está dando conta do recado. Os cidadãos cariocas desejosos de alugar esse aparelho raro, que é o telefone, estão obrigados a recorrer ao sistema de pistoletes, disse ainda o representante petebista.

O outro assunto objeto de discurso do sr. Sérgio Magalhães foi o plano do governo de estabilização monetária. Reduz-se esse plano, observou o sr. Sérgio Magalhães, a projetados aumentos de impostos e reduções de despesas. Não se diz uma palavra sobre remessa de lucros para o exterior, isto é, sobre a causa principal do pauperismo, que provoca a inflação e a falta de estabilidade da moeda.

Lembrou o orador as palavras do secretário-adjunto para a América Latina, sr. Roy Rubottom. Esse porta-voz do Departamento de Estado dos Estados Unidos sugere que os países ao sul do Rio Grande procurem desenvolver-se com os próprios meios. É o caso, observa, o sr. Sérgio Magalhães, de o governo brasileiro promover demarques para a suspensão das remessas de lucros. Assim poderíamos seguir o conselho do sr. Rubottom de nos desenvolvermos com nossos próprios

meios. Deixaríamos de exportar para as arcas dos trustes americanos os nossos próprios meios.

A Marcha da Produção levou à tribuna o líder da maioria O sr. Armando Falcão (uma vez lanternista, sempre lanternista) fez uma defesa fraca do governo, com os inevitáveis elogios à oposição, que segundo o orador, está empenhada em resolver honestamente a crise do café.

O sr. Carvalho Sobrinho, em aparte, afirmou que a Marcha da Produção não passava de uma simples Marcha da Confusão, na qual seria fácil descobrir o dedo do sr. Jânio Quadros, recentemente eleito pelo Paraná.

Foi objeto de reclamação do sr. Carvalho Sobrinho, o desaparecimento de documentos secretos que o Conselho de Segurança enviou, a pedido, à Comissão Parlamentar de Inquérito incumbida de estudar assuntos referentes à condução de nossa política ferroviária. Chegados à Câmara, os documentos passaram às mãos do sr. José Pedroso, relator da Comissão. O sr. Carvalho Sobrinho, membro da Comissão, pediu para examiná-los. Mas o sr. Pedroso explicou que o «dossier» não estava mais em suas mãos. Pedira que o sr. Armando Falcão o guardasse, por uma questão de segurança.

Em vista da reclamação do sr. Carvalho Sobrinho, foi à tribuna o sr. Falcão, para dizer que passara os papéis às mãos do ministro da Justiça.

É claro que não foi possível ouvir o depoimento do sr. Cirilo Júnior sobre o passeio desses documentos secretos, que saíram da Comissão a que se destinavam para circular entre as mais ilustres figuras do governo.

Mas é possível que não se torne necessário criar uma segunda Comissão de Inquérito, para investigar sobre os métodos de trabalho da primeira.

Duas Instruções e Muitas Reações

Repercussões diversas e contraditórias das novas medidas da SUMOC — Só vantagens para o capital estrangeiro — Só desvantagens para as massas consumidoras

As repercussões das instruções 166 e 167 da SUMOC foram as mais diversas no que se refere aos seus efeitos imediatos, reagindo cada setor econômico dentro dos limites dos seus interesses mais peculiares. Já no que se refere às perspectivas futuras, foi nítida a simplificação das opiniões dentro de duas linhas fundamentais opostas.

Os círculos dirigentes da indústria deixaram à margem as conseqüências da elevação do custo de câmbio, considerando naturalmente que as massas consumidoras é que arcarão diretamente com os seus efeitos negativos refletidos na alta do custo de vida. Os industriais tiveram motivo de júbilo com o estímulo dado à exportação de artigos manufaturados, uma vez que as divisas resultantes desta exportação serão doravante negociadas no mercado do câmbio livre. Mas é o caso de perguntar: quantos industriais se beneficiarão com a medida? Sem dúvida, somente aqueles que possuem artigos para vender no exterior e estes ainda são pequena parcela.

A reação foi, porém, negativa nas associações representativas da lavoura. A razão é que o benefício concedido aos produtos industriais só foi estendido a setores bem limitados da agricultura, ou seja, ao arroz, milho, chá e frutas (aquí contam quase somente a laranja e a banana). Alguns outros setores (algodão, mamona, couros etc.) foram beneficiados com a elevação da bonificação por dólar de 70 para 92 cruzeiros. Mas os setores fundamentais da exportação — café e cacau — e todos os demais setores agrícolas nenhuma melhora tiveram e deverão arcar com certa elevação dos custos de produção, decorrente do custo de câmbio mais caro para a importação de adubos, inseticidas, máquinas agrícolas, petróleo e derivados. A conseqüência é que recebeu novo impulso nos meios agrícolas a reivindicação de abolição do chamado confisco cambial. Não será isto mesmo que deseja o ministro Lucas Lopes, preparando o terreno para aten-

der, mais tarde, de caso pensado, àquela reivindicação? novo fluxo, que tenderá a se avolumar, pois as divisas agora liberadas deverão ultrapassar, como é de esperar, a base atual de 60 milhões de dólares anuais. Além de disporem de maior quantidade de dólares para as suas remessas, as empresas estrangeiras os comprarão a uma taxa mais baixa (a simples publicação da instrução 167 já fez cair a taxa do dólar no câmbio livre).

Por tudo isto pagarão as grandes massas consumidoras. Já se anuncia a subida do preço da farinha de trigo e do pão, o que não deixará de ter alguma influência nos preços dos outros gêneros alimentícios. Por mais que o neguem os artificios estatísticos, é impossível esconder, por outro lado, a influência que terá elevação do custo das mercadorias o aumento inevitável dos preços dos derivados de petróleo. Ao contrário do que prevê o ministro da Fazenda, o consumo destes não será restringido, já que não se cogita de nenhum racionamento com escala de prioridades, reduzindo somente o consumo improdutivo, o que seria — esta sim — medida justificável em face da situação cambial do país. Acena o ministro com a compensação do incremento da pavimentação de estradas. Mas esta é uma compensação remota e incerta, dado o caráter do governo atual.

Duas linhas fundamentais

Há um aspecto das instruções 166 e 167 que é unanimemente reconhecido: o seu caráter transitório. Assim, o fundamental não está nas próprias instruções, mas na linha de conduta que elas anunciam por parte do governo. Neste terreno, as reações se simplificam. Há uma satisfação geral em todos os setores que advogam a reforma cambial, com a eliminação do chamado confisco e a unificação, no mercado livre, das taxas de câmbio, o que seria, em última instância, um gol-

pe dos mais sérios em qualquer política de estímulo à indústria de base e de emancipação econômica do país. O movimento nacionalista só tem motivos para se opor à linha de ação que o ministro Lucas Lopes pretende desenvolver. Há outra saída para as dificuldades cambiais: a suspensão das remessas do capital estrangeiro e a inauguração, com espírito ofensivo, de novas correntes de comércio exterior. Esta é a saída que corresponde aos interesses nacionais.



Em conseqüência das últimas instruções da SUMOC já se anuncia a subida do preço da farinha de trigo e do pão, o que não deixará de ter alguma influência nos preços dos outros gêneros alimentícios.

Usando sem abuso do direito de bofetar no papel a frase feita — e feita justamente para responder a imposições inelutáveis, como no caso presente — eu diria, para começo de conversa, que o volumoso "No Termo de Cuiabá", de M. Cavalcanti Proença, é um grande pequeno livro. Minguado de tomo, é avulso pela qualidade literária, e não menos pela excelência da substância elaborada por mão de mestre — outra frase feita que é impossível evitar.

NOTAS sobre LIVROS

* ASTROJILDO PEREIRA *

No "Termo de Cuiabá", publicado pelo Instituto Nacional do Livro em sua Biblioteca de Divulgação Cultural, constitui-se de curtos ensaios, ligados entre si pela matéria versada, e servidos numa prova límpida, saborosa e nutritiva. Sem erudições aparentes, sem aparato nem presunções, o autor nos vai dizendo o mérito que sabe do que viu, do que sentiu, do que experimentou, passo a passo, em anos de andança e peregrinação pelo termo de Cuiabá. E tudo com uma deliciosa comunicabilidade coloquial, em que nos transmite o conhecimento direto, exato e enato da realidade vivida.

História, geografia, etnografia, biografia, zoologia, botânica, costumes matutos, condições de trabalho do vaqueiro e do lavrador — quanta coisa a aprender nestas páginas, feitas para ler, reler e tresler.

São páginas de boa semente brasileira, que devemos abordar com humildade de amigo, de um colega de luta.

certos de nelas encontrar elementos de realidades verdadeiras, que a nossa presunção desconhece e os nossos preconceitos desfiguram. Não há aqui exageros de falso sertanismo, nem bôbas exaltações românticas; nem há tampouco pessimismo, descrença, desânimo. Nenhuma sombra de mistificação, nenhum laivo de suspeita intencionalidade. Mas tudo claro, descomplicado, tal qual. A coisa como a coisa é — e ela é de fato bem melhor do que poderia nos imaginar ou mesmo desejar.

Para resumir tudo numa palavra, acrescentarei que este livro de M. Cavalcanti Proença não pode faltar na estante de quem pretende buscar, nos livros, não só documentação e depoimento, mas também indicações adequadas, útil roteiro para descobrimentos em profundidade das coisas brasileiras.

O último capítulo do volume "Dona Rukva", é uma página de reminiscências, em que o autor, cheio de comovida e comovente ternura, recorda a figura de sua avó, D. Maria Genevieve Deschamps Cavalcanti, criatura admirável, a meio descendente de franceses, mas sertaneja brasileira de boa raça e melhor comportamento.

VIDA ECONÔMICA

ACABAM de ser anunciadas, depois de marchas e contra-marchas, substanciais modificações na política oficial da borracha. Passando aquele produto para a categoria geral e abolindo o monopólio estatal de importação, o sr. Juscelino Kubitschek abriu importante brecha na política nacionalista que vinha sendo seguida, cedendo assim à pressão e às ameaças das empresas norte-americanas que monopolizam a indústria de pneumáticos e câmaras de ar, que representam cerca de 70% da indústria brasileira de artefatos de borracha.

COM as últimas instruções da SUMOC, primeiros passos para a reforma cambial, e essas modificações na política da borracha, começam a justificar-se plenamente as apreensões surtigadas no seio da opinião pública brasileira quando da substituição do sr. José Maria Alkmin pelo sr. Lucas Lopes, na pasta da Fazenda. O governo do sr. Juscelino Kubitschek dava, com aquele ato, um passo atrás, satisfazendo as exigências dos trustes americanos.

TENTATIVAS anteriores houve no sentido de modificar-se a política da borracha, tirando-se do Banco da Amazônia o controle sobre as últimas operações de venda daquele produto e acabando com o seu regime contingenciado. Todas elas, no entanto, foram repelidas pelas forças nacionalistas que contaram com o apoio do então ministro Alkmin. Com a presença do sr. Lucas Lopes à frente do ministério da Fazenda, porém, as coisas começaram a modificar-se.

AS constantes crises provocadas no fornecimento de goma elástica às indústrias de artefatos de borracha, foram

Alterações Entreguistas na Política da Borracha

sempre o pretexto para a ofensiva dos trustes, que procuravam mostrar a inoperância e a incapacidade do Banco da Amazônia para garantir o abastecimento regular do mercado interno daquela matéria-prima. Não nos cansamos, no entanto, de mostrar, como o fizeram outros órgãos da imprensa brasileira e o próprio Banco da Amazônia, que todas aquelas crises eram provocadas pelos trustes americanos com o apoio de órgãos oficiais como a SUMOC e CACEX, que criavam toda espécie de dificuldades à importação regular da quantidade de borracha necessária à complementação da demanda interna.

TANTO insistiram, porém, a Goodyear, Firestone, Pirelli, Dunlop e Pneu General, e agora com a ajuda do sr. Lucas Lopes, que conseguiram quebrar as resistências que se opunham a seus intentos e levar o governo a golpear profundamente a política até hoje seguida, justa porque resguardava os interesses não só da produção nacional de goma elástica, como também dos pequenos e médios industriais brasileiros que operam no ramo dos artefatos de borracha.

AS modificações efetuadas pelo governo em nada virão beneficiar a economia nacional. Numa época em que tanto se fala em escassez de divisas, a liberação das importações de borracha virá sobrecarregar, inevitavelmente, ainda mais a nossa balança comercial. O Banco da Amazônia, bem ou mal, procurava importar aquela matéria-prima dos países que pudessem oferecer melhores condições. Não acontecerá o mesmo com os trustes. Dispondo de extensos seringais em países asiáticos, além de sua enorme produção no próprio território dos Estados Unidos, os trustes importarão a bor-

racha por preços elevadíssimos, como meio muito conhecido e por eles usados de dar evasão a seus lucros fabulosos auferidos em nosso país. E o sobrefaturamento. E isto, feito nos países situados na área do dólar só poderá contribuir para agravar nossas dificuldades cambiais.

POR outro lado, borracha importada pela categoria geral será, inevitavelmente, borracha mais cara. E borracha mais cara significa necessariamente novo reajustamento nos preços dos seus artefatos, como pneus e câmaras de ar, com todos os seus reflexos negativos sobre a economia nacional, uma vez que isso determinará o encarecimento do transporte e, em conseqüência, dos gêneros transportados.

SE todos esses inconvenientes não bastassem para desencorajar as modificações realizadas pelo governo na política estatal da borracha, seria suficiente olhar para as conseqüências que daí advirão para as pequenas e médias fábricas de artefatos de borracha. Sem levarmos em conta as conseqüências imediatas, com a elevação do preço da matéria-prima, voltamo-nos para suas conseqüências futuras. Donos das fontes mundiais de produção de borracha, e podendo importar o necessário ao funcionamento de suas empresas, os trustes estarão em condições de criar dificuldades sérias ao Banco da Amazônia em sua tarefa de abastecimento da indústria nacional daquele ramo, não somente no exterior, mas também dentro de nosso próprio país.

ESSAS modificações na política oficial da borracha representam, sem dúvida, importante vitória do setor entreguista do atual governo, e encerram uma advertência às forças nacionalistas brasileiras.

OS ÊXITOS DA UDN E O DELÍRIO DO SR. LACERDA

ALMIR MATOS

Os maiores da «eterna vigilância», com o sr. Carlos Lacerda à frente, continuam pretendendo encaixar na camisa força dos seus desejos os resultados do pleito do dia 3. Tendo desconhecido a realidade e utilizando-se, em sua lógica aritmética eleitoral, de resultados obtidos em uma ou outra região do país que arbitrariamente generaliza, o falatório da «carta Brandt» vem trombeteando, com uma espantosa insensatez, ao mesmo tempo uma vitória espetacular do partido e uma derrota irreparável do movimento nacionalista e das forças populares, particularmente dos comu-

Sem dúvida, a UDN obteve alguns êxitos nas eleições: venceu o seu candidato a senador pelo Distrito Federal em quatro Estados, dos onze em que foram escolhidos os governadores, venceu os candidatos filiados a este partido. São êxitos, inevitavelmente. Mas que estão muito longe de autorizar todo esse alarde falsamente arrojado pelos papus da UDN. Os resultados do pleito pátrio não podem ser encaixados sem se levar em conta uma série de circunstâncias. Circunstâncias que, em certos casos embaraçaram a ação das forças populares, permitindo que se elegessem candidatos udenistas e, em outros casos, não permitiram que se fale, de modo algum, em triunfos do udenismo, como corrente política significada com a luta pela solução antinacional e antidemocrática dos problemas brasileiros.

O D. Federal, venceu o sr. Afonso Arinos, derrotando o sr. Luthero Vargas. São bem conhecidas, entretanto, as condições em que transcorreu a campanha pela eleição do Senador carioca. Enquanto os membros da população influenciados pela UDN se congre-

gavam em torno de uma única candidatura, do sr. Afonso Arinos, as forças nacionalistas e democráticas apresentavam-se divididas em torno de vários candidatos, numa enorme dispersão do eleitorado que, como se previa, foi fatal para a candidatura do sr. Luthero Vargas. Ao lado disso, ocorreu o fato de se desencadearem, até o dia do pleito, lutas de grupos no seio de importantes forças que apoiavam a candidatura Luthero. No PTB, por exemplo, muitos dirigentes de influência negavam-se a trabalhar pelo candidato oficial do partido, havendo mesmo o caso de líderes petebistas, candidatos às Câmaras federal e municipal, apoiarem outros candidatos a senador que não o sr. Luthero Vargas. Coisa semelhante se verificou em relação ao PSP. E o resultado é que só os comunistas se mantiveram firmes, do primeiro ao último dia, na luta pela vitória da candidatura Luthero.

Nessas condições, o resultado do pleito para o Senado no Rio, foi menos uma vitória da UDN do que uma derrota sofrida pelas correntes nacionalistas, em virtude de sua própria fragmentação e da falta de firmeza de certas forças políticas em face dos compromissos assumidos. Falta-se em aumento de prestígio da UDN, tomando-se como ponto de referência a vitória do sr. Afonso Arinos. Mas aí está, como uma constatação irrefutável, a queda da votação no sr. Carlos Lacerda — diminuição que vai a cerca de 20 mil votos, comparando-se com os resultados de 1954, apesar de haver o turbulento deputado monopolizado praticamente a propaganda da UDN e a atividade dos cabos eleitorais de seu partido.

Quanto aos êxitos da «eterna vigilância» nos Estados, é necessário também situá-los em seus devidos termos. Vencem os candidatos filiados à UDN em três Estados: Pernambuco, Sergipe e Bahia. O caso de São Paulo é outro, muito diferente, apesar de alardeado pelo sr. Carlos Lacerda. Pois bem: em Pernambuco, Sergipe e Piauí os candidatos eleitos devem a sua vitória precisamente ao fato de terem adotado uma orientação que nada tem de comum com o chamado «lacerdismo», mas que, ao contrário, os conduziu a uma aliança com as correntes populares e nacionalistas, fator principal de seu triunfo nas urnas. Terá coragem o sr. Lacerda de apresentar como uma vitória do seu udenismo macartista a eleição do sr. Cid Sampaio, que com tanta coragem e correção se aliou aos comunistas e demais forças populares de Pernambuco, aparecendo nos comícios ao lado de Prestes e enfrentando as calúnias e provocações em que se extremava, mais do que qualquer outro reacionário, o próprio líder da UDN? Vitórias como a de Cid Sampaio, Luiz Garcia e Chagas Rodrigues são, na realidade, importantes êxitos do movimento nacionalista e democrático, da

nistas e trabalhistas. Note-se que o objetivo do sr. Lacerda, ao falsear dessa maneira os resultados da consulta eleitoral, é insinuar que o povo brasileiro teria dado a sua aprovação à linha abertamente entreguista e reacionária que vem sendo propugnada pela elite udenista.

Os fatos mostram, entretanto, que essa interpretação é capciosa. Não pode, por isso mesmo, resistir a uma análise, embora superficial, da vontade expressa pelo povo brasileiro através das urnas. Para desfazer ilusória euforia do sr. Lacerda é bastante que se ponham a coisas em seus lugares. A legenda da UDN paulista em confronto com as de outros partidos. Para a Câmara Federal, enquanto a UDN conta com minguados 60 mil sufrágios, a coligação PSP-PSD chega perto de 300 mil votos. Situação melhor, sem dúvida, que a do Rio Grande do Sul, onde se espera que a UDN não faça sequer um deputado federal. Diante de fatos tão evidentes, não se pode deixar de reconhecer o tato político do sr. Jânio Quadros recusando-se a receber o eufórico Lacerda, que se empavona agora, baseado não se sabe em que, em articulador nacional das forças mais reacionárias do país.

O alarde dos maiores udenistas, anunciando vitórias que a realidade não comprova, serve a um objetivo impossível de atingir: enganar a opinião pública, dando-lhe a impressão de que o Brasil marcha para trás, para a reação política e o entreguismo, quando de fato o que se dá é o oposto. Porque, apesar de certos reveses locais, o que as eleições do dia 3 revelaram é o aprofundamento da consciência nacionalista do nosso povo e o avanço, embora ainda com debilidades, da unidade das forças patrióticas e populares em nosso país.

Resto o caso da Bahia. Haveria aqui muitos aspectos a salientar. Não seria dos menos importantes a insatisfação provocada no seio do eleitorado pelo personalismo com que agiu o sr. Antônio Balbino no momento da escolha do candidato que deveria fazer face ao sr. Juraci Magalhães. O mais lamentável em todo o caso baiano é que o processo eleitoral se conduziu de tal modo que levou a uma divisão tão acentuada no campo nacionalista que permitiu ao sr. Juraci Magalhães obter a maioria dos votos e eleger-se governador. O sr. Vieira de Melo manteve a sua candidatura, cindindo o PSD e atraído os votos de certos setores populares. Conseguiu, é verdade, uma votação mínima, mas, que, somada aos votos do sr. Pedreira de Freitas, seria o suficiente para a vitória dessa última candidatura. Por outro lado, a divisão que lavrou no seio do PTB, levando uma ala ponderável desse partido a apoiar o presidente da UDN, enfraqueceu sensivelmente o contingente de votos dados pelos trabalhistas ao candidato oficialmente apoiado pela sua agremiação. Ainda aqui, portanto, da mesma maneira que no Distrito Federal o que se deu foi um revés das forças nacionalistas decorrente das divergências com que se apresentaram diante do eleitorado. Não há dúvida que o sr. Juraci Magalhães jamais se elegeria governador se não contasse com o apoio popular que resultou da presença, em suas fileiras, de toda uma ala do PTB com nomes de prestígio como o sr. Rômulo Almeida, e se não insistisse o sr. Vieira de Melo na manutenção de sua própria candidatura.

Um capítulo à parte em toda essa história dos supostos êxitos retumbantes da UDN é a vitória do sr. Carvalho Pinto, em São Paulo. Chega a impressionar a falta de escrúpulo com que o sr. Lacerda apresenta como um triunfo seu e do seu partido o resultado das eleições paulistas. A verdade é inteiramente outra: A UDN em São Paulo não passa de uma força secundaríssima, que compromete, em vez de ajudar, qualquer candidatura. Os srs. Carvalho Pinto e Jânio Quadros sabiam disso tão bem que orientaram toda a propaganda da candidatura governista no sentido de evitar que ela fosse caracterizada como da UDN. É sabido que o sr. Jânio Quadros chegou mesmo a ameaçar a retirada do seu apoio caso o sr. Carvalho Pinto aparecesse em comícios ao lado do sr. Carlos Lacerda — e esse acontecimento realmente não ocorreu. E se houvesse qualquer dúvida a esse respeito, está aí a posição de absoluta inferioridade em que se encontra

ATOS DE SELVAGERIA EM CUBA

Bombas com gases venenosos lançadas por Batista

«O governo de Batista, enfurecido pela derrota que as forças rebeldes lhe infligiram quando da fracassada «campanha de extermínio», decidiu bombardear, e efetivamente bombardeou, com gases vene-

ros, não se modificou naquele país. Continua a luta civil entre as forças patrióticas, de um lado, e as tropas de Batista, armadas e municiadas pelos Estados Unidos.

Há muitos meses lavra a luta encarniçada em Cuba. Falho de apoio popular, Batista não consegue esmagar os rebeldes, recorrendo a atos de verdadeira selvageria, como este que vem de ser denunciado. Trata-se de um crime inaudito, de uma violação não só das leis de guerra como dos mais elementares princípios humanos. Nos próprios conflitos internacionais, os gases venenosos têm sido interditos.

Uma coisa, porém, deixa evidente este ato da ditadura de Batista: revela seu desespero ante a heroica resistência dos combatentes cubanos que empunharam armas pela conquista da liberdade e pelo restabelecimento da democracia em sua Pátria.

Urge pôr termo a este banditismo de Batista. É um dever elementar de solidariedade humana protestar contra os métodos de guerra empregados pelo ditador a serviço dos monopólios norte-americanos. Fazemo-lo aqui em nome dos trabalhadores e do povo brasileiro, certos de que outros protestos surgirão, exigindo a cessação dos bombardeios com gases venenosos em Cuba. Expressamos também nossa ardente solidariedade aos bravos resistentes cubanos que lutam contra a tirania.



O ditador Batista

mosas, as posições rebeldes em Sierra Maestra. Várias vezes, nos últimos dias, os aviões da morte enviados pelo governo de Batista lançaram projéteis com gases venenosos contra as forças patrióticas e sobretudo contra a população civil.

Esta grave denúncia vem de Cuba. Foi feita pelo Comitê Nacional do Partido Socialista Popular. E, embora tenham decorrido algumas semanas da sua divulgação, a verdade é que a situação

Os Resultados do Pleito São Uma Vitória Para os Comunistas

Interpretações as mais desencontradas acerca das eleições do dia 3 vêm aparecendo nas páginas da imprensa entreguista. A «Tribuna da Imprensa», «O Globo», o «Correio da Manhã» e o «Estado de São Paulo» destacam-se, como de costume, nessas interpretações que se contrapõem aos fatos reais e visam a confundir a opinião pública, conduzindo-a a conclusões que servem unicamente aos inimigos do nosso povo.

Uma das mais curiosas versões difundidas por essa imprensa é a que anuncia, em estilo sensacional, uma suposta derrota, e até liquidação, dos comunistas no último pleito. É evidente que os próprios autores dessa versão não acreditam nela, tão claros são os fatos que a desmentem. Mas isso não impede que a imaginação derrota figure diuturnamente nas manchetes desses jornais. Afinal, é para isso mesmo que existe tal imprensa.

Os comunistas, na verdade, não foram derrotados mas, ao contrário, alcançaram importantes vitórias nas eleições de 3 de outubro. É isso o que indicam concretamente os resultados da consulta ao eleitorado. A que se propunham, antes de tudo, os comunistas no último pleito? Contribuir para a vitória do maior número de candidatos nacionalistas, quer para os postos do Executivo como para o Legislativo. Esse objetivo foi definido na recente Declaração sobre a nova política dos comunistas, bem como em sucessivas entrevistas de Prestes. E os resultados das urnas mostram que são grandes os êxitos conseguidos na aplicação dessa diretriz. Assim é que, dos candidatos que disputaram as eleições para governador, venceram em seis Estados aqueles que tiveram o apoio dos comunistas — apoio que em vários casos foi decisivo. Nos Estados em que se realizaram eleições para o Senado, venceram, igualmente, na sua maioria, os candidatos recomendados pelos comunistas. É o que acontece em pelo menos 12 dos 20 Estados em que se dará a renovação de representantes para o Senado.

Em relação à Câmara Federal, cuja composição se alterará sensivelmente no sentido do aumento do número de deputados nacionalistas, foi inestimável a contribuição dos comunistas para assegurar a vitória de candidatos identificados com a luta antinacionalista e democrática do povo brasileiro. No Distrito Federal, por exemplo, onde em legislaturas anteriores havia um único parlamentar graças aos votos dos comunistas, serão agora eleitos três deputados — provados nacionalistas — com o seu apoio: os srs. Sérgio Magalhães, Waldemar Simões e Lycio Haueer, além de se acharem com excelentes votações outros candidatos recomendados por Prestes, como os srs. Olímpio de Melo, Benedito Cerqueira e Manuel Ricardo. Para a Câmara Municipal, onde talvez tenha havido certa dispersão do eleitorado comunista, serão vitoriosos ou já se encontram com grande votação candidatos apresentados em diferentes legendas, com o apoio dos comunistas, como os srs. Guilherme Malaquias, Paulo Areal, Rubem Cardoso, Valdi Moura, Erasmo Martins Pedro, Magarinos Torres, José Frejat e outros.

Nos Estados, grande número de candidatos indicados por Prestes ou seus correligionários tem a eleição assegurada para as Assembléias Legislativas. É o caso de São Paulo, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul e outros Estados. O mesmo se verifica quanto às eleições para prefeitos e vereadores em inúmeras municipalidades do interior. Ao contrário, portanto, do que procuram fazer crer os jornais da reação, os comunistas alcançaram expressivas vitórias a 3 de outubro e, sem dúvida, viram confirmada no pleito a justeza de sua orientação política. É um êxito importantíssimo dos comunistas brasileiros, ao lado de outras forças democráticas, que o movimento nacionalista saiu reforçado das eleições de 3 de outubro, além de que os próprios comunistas, como força independente, tenham conquistado novas posições na vida política brasileira.

Crime do Melvinismo

Assassinado o líder sindical Pedro Rocha

RECIFE (Do Correspondente) As vésperas de ser apedado do ar, o bando policial do sr. Melvin Lima acaba de cometer mais um revoltante assassinato político. O crime foi planejado e executado pelo grupo sedista de Garanhuns, tendo como mentor o deputado Elói de Melo, líder do governo do sr. Odeiro de Farias na Assembleia Legislativa.

Vítima da sanha melvinista o trabalhador Pedro Rocha, presidente do Sindicato dos Pauleiros de Garanhuns que, na última quinta-feira, ao sair do Fórum desse município, onde assistiu às apuraciones eleitorais, foi rudemente trucidado a bala, nas costas, pelo capanga do deputado Elói de Melo, Antônio de Araújo Pinto, sobrinho do chefe de polícia José Pinto. Está sabido que a arma assassina foi fornecida ao capanga pelo deputado Elói de Melo. Pedro Rocha era um líder popular muito querido em Garanhuns e nos meios sindicais do Estado, tendo participado com destaque no recente I Congresso dos Trabalhadores de Pernambuco. Ao seu enterramento compareceram cerca de 5 mil pessoas, numa eloquente demonstração de protesto contra o banditismo político implantado em Garanhuns pelo bando em desespolo do sr. Estelino Lins.

O bárbaro crime despertou uma revolta no seio do povo pernambucano.

Voz e Divulgue a Voz Operária

O «Jornal do Comércio» de Recife publicou em sua edição do último dia 11 uma longa entrevista concedida por Luis Carlos Prestes, em sua residência.

O jornalista que ouviu o líder comunista inicia a sua reportagem destacando o fato de aparecerem, muitas vezes deturpadas pelos jornais as declarações feitas por Prestes. O repórter dá o seu próprio depoimento, afirmando: «Infelizmente, fomos também testemunhas desse sistema. Estivemos presentes ao seu encontro de há um mês atrás com a imprensa. No dia seguinte, deparamos, em alguns jornais, com perguntas que não foram feitas e com respostas não dadas». Outro fato para que o representante do «Jornal do Comércio» chama a atenção é o que se refere às mentiras que têm sido divulgadas segundo as quais Prestes reside num palácio, cercado de guarda-costas. Diz o repórter: «Neste ponto, ficamos decepcionados. O palácio não passa de um bangalô de poucas peças, antiestrategicamente encravado entre o granito de duas casas contíguas, que quasi o espremem... Sala de jantar e estar contíguas de uns 32 metros quadrados, se tanto. Móveis simples, paredes desadornadas e soalho comum».

A VITÓRIA DE CID É UMA DERROTA DO ENTREGUISMO

Eis, a seguir, as perguntas feitas pelo repórter e as respostas de Prestes:

— Qual o fator principal da vitória de Cid? Os comunistas teriam sido seu maior ou mais decisivo eleitor?

Nós levantamos, nesta campanha, o problema do nacionalismo e do entreguismo. A sua vitória, a vitória dos democratas e nacionalistas, foi a derrota das forças da reação e do golpismo, predominantes há vinte anos em Pernambuco. Os comunistas se orgulham de haver contribuído para esse triunfo, pois a nossa maior preocupação

era contribuir para unidade das forças nacionalistas. É claro que a vitória foi a consolidação dessa unidade alcançada durante a campanha. Não era fácil a nossa tarefa, que foi a caminhada, lado a lado, de operários e patrões. Quero esclarecer nesta oportunidade que não há nenhum compromisso do sr. Cid Sampaio conosco, além, naturalmente, do cumprimento do programa comum das Oposições Unidas, amplamente divulgado.

Problemas de Pernambuco e do Nordeste

Prestes aborda, em seguida, os problemas mais agudos de Pernambuco e do Nordeste:

— Os problemas de Pernambuco são muito sérios. O Governo de Cid terá de enfrentá-los com decisão. Espero, no entanto, que com o apoio do povo, com a ajuda vigilante das Bancadas Estadual e Federal, e a mão mais aberta do Governo Federal, possam ser dados os passos positivos para resolver ou, pelo menos, diminuir os efeitos dos mais prementes. Nas 48 horas em que estive no Nordeste — Recife e João Pessoa — pude sentir de fato a ansiedade com que o povo se voltava para mim e procurava ouvir-me na esperança de uma equação segura e de uma palavra de solução para seus problemas e para os seus sofrimentos. O pior deles é o desemprego. O fechamento de fábricas, como em Goiânia, onde 800 operários ficaram desempregados, é um aspecto da gravidade da situação que terá de vencer o futuro governo.

Acha Prestes que muitos problemas nordestinos poderiam ser resolvidos, prontamente. Com a canalização de maiores recursos federais, que se desvia aos bilhões para Brasília, poderiam ser montadas dezenas de fábricas, reformadas usinas, multiplicadas as bombas na área do São Francisco e aumentado o potencial elétrico.

As declarações do sr. Etelvino Lins

O repórter insiste em ouvir a opinião de Prestes sobre uma entrevista recente do sr. Etelvino Lins. Depois de dizer que essa entrevista não merecia considerações especiais, Prestes acrescentou:

— Muito pouco tenho a declarar. Nos meus comentários do Recife, não fiz referência alguma à «marcha vitoriosa da Revolução Brasileira». Anotei simplesmente ao povo de Pernambuco para que, mais uma vez, se colocasse à frente de todo o povo brasileiro, indicando o caminho da unidade e da vitória na luta pela emancipação econômica do Brasil. Quanto às soluções contraditórias que prevê o sr. Lins, terá de enfrentar o futuro governo, não tem nenhuma razão de ser. Nada há que temer. A unidade alcançada na campanha eleitoral será consolidada e vai ao candidato vitorioso uma ampla base social que lhe permitirá levar a efeito, com êxito, a solução dos problemas mais imediatos do Estado,

A questão da indústria açucareira

O repórter indaga de Prestes como via a crescente produção sulina de açúcar, em



Luiz Carlos Prestes

As declarações do sr. Etelvino Lins

quando o caminho da unidade e da vitória na luta pela emancipação econômica do Brasil. Quanto às soluções contraditórias que prevê o sr. Lins, terá de enfrentar o futuro governo, não tem nenhuma razão de ser. Nada há que temer. A unidade alcançada na campanha eleitoral será consolidada e vai ao candidato vitorioso uma ampla base social que lhe permitirá levar a efeito, com êxito, a solução dos problemas mais imediatos do Estado,

prejuízo do Nordeste, sua fonte principal de riqueza. Prestes esclarece que o prin-

Prestes Analisa os Resultados do Pleito

“FORAM VITORIOSAS NAS URNAS AS FÔRÇAS NACIONALISTAS”

☆ «Os comunistas se orgulham de haver contribuído para esse triunfo»
☆ Causas da derrota de Luterio Vargas e Ademar de Barros
☆ O grande derrotado no último pleito foram as forças entreguistas

o principal problema é o da maior produtividade industrial do sul, que exige sempre maior quantidade de matéria prima. Não é difícil, assim, prever que o sul produzirá cada vez mais açúcar e derivados. O problema para o Nordeste só pode ser resolvido com a modernização de sua agricultura e de sua indústria, principalmente através da maior utilização dos derivados da cana, o álcool em primeiro lugar, para a produção de borracha sintética. Adianta Prestes que a esse respeito o sr. Cid Sampaio tem um estudo interessante, capaz de resolver a questão.

Esclarece Prestes que os comunistas, na plataforma de unidade que apresentaram em março deste ano, mostram a necessidade da industrializa-

Vitoriosas as forças nacionalistas

— Como vê o resultado do pleito de um modo geral e, em particular, para as forças populistas?

— A resposta anterior já o diz. A nossa preocupação era contribuir para a unidade das forças nacionalistas e seu triunfo, mesmo nequeles Estados em que as candidaturas que apoiamos não o alcançaram, se traduz nos grandes êxitos visando a uma maior aproximação dos partidos com as correntes nacionalistas.

Causas da derrota de Luterio Vargas

— Por que tão fragorosa a derrota de Luterio Vargas, no D. F.?

— A debilidade de propaganda, fundamentalmente. Depois, a dispersão de votos entre Mozart Lago, João Mangabeira e Alencastro. O fator decisivo do malogro de Luterio Vargas, inclusive, de expedientes pouco recomendáveis, como o de fazer acreditar a milhares de petebistas que eram dois os candidatos do Partido, ele e Luterio, por isso que deveriam colocar a cruz nos retângulos correspondentes aos dois, na cédula única. Com isto, inutilizou milhares de votos. Ademais, Luterio era também um candidato difícil e de próprio reconhecimento que os que mais con-

As vitórias de Cid e Brizzola

— Que significam as vitórias de Leonel Brizzola e Cid Sampaio em dois Estados francamente hostis ao Governo da União?

— Não apreciamos essas vitórias desse ponto-de-vista. Acha-os que os sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira é chefe de um governo neorogêneo, do qual participam forças nacionalistas, cuja expressão mais alta é o General Lott, mas, no qual ainda predominam as forças entreguistas. Nestas condições, os êxitos nacionalistas no Rio Grande do Sul e em Pernambuco deverão contribuir para

Candidaturas à Presidência da República

— O sr. Jânio Quadros seria um candidato legítimo ou aceitável à sucessão presidencial para as massas ou as forças populistas?

— Não creio nisto. Jânio está, ou melhor, tem ligações com as forças reacionárias, entreguistas e golpistas. E, agora, sem a governança de São Paulo, não poderá exercer a mesma pressão política que utilizou para conseguir a vitória de seu candidato.

— Traçado ao que parece o roteiro da luta de 1960 pela Chefia da Nação, há possibilidades da candidatura do General Lott?

— É difícil. Ainda estamos muito longe para fazer previsões. Isso sem desmerecer o prestígio popular com que ho-

As relações entre as forças populares

— Houve acordos formais, ou de fato, entre o PTB e os comunistas?

— Não houve acordo nenhum. Os comunistas apoiaram aqueles candidatos a governos de Estados e ao Senador de Pernambuco e ao Ceará em torno dos quais foi

possível realizar a unidade das forças nacionalistas. Assim, apoiamos um petebista no Rio Grande do Sul, um candidato do PSP em São Paulo, um udenista em Pernambuco e no Ceará

— Como vê as futuras relações com os integrantes do PTB e do PSP?

— Nosso desejo é de relações estabelecidas de acordo com a campanha eleitoral.

Motivos da derrota de Ademar

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— Primeiramente, o malogro da coligação eleitoral alcançada em São Paulo foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

Ademar foi um passo mais importante do sentido de unificar as forças nacionalistas e entreguistas. A derrota de

☆ As candidaturas em foco para a Presidência da República
☆ Prestes focaliza os problemas do Nordeste, em entrevista ao «Jornal do Comércio» de Recife

jam cada vez mais estreitas e sólidas. Para isso, fazemos todos os esforços sem nada exigir, senão a luta pelas reivindicações democráticas e nacionalistas.

Explica ainda nesta altura o êxito de radialistas e jornalistas no pleito, citando Lacerda, Chagas Freitas, Arnaldo Nogueira, Rubens Berardo, Bruni e muitos outros que tinham um campo mais vasto de propaganda, negado principalmente a ele, exceto no Rio Grande do Sul e em Pernambuco.

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— A que atribui o malogro da candidatura nacionalista em São Paulo?

— Qual a sua palavra sobre a morte do Papa?

— O Papa Pio XII foi sem dúvida alguma um defensor da Paz neste após guerra. E o que desejamos é que seu sucessor no Vaticano prossiga na mesma orientação.

— José Fortuny conheço de nome, como grande lutador pelos interesses do povo da Guatemala. A sua prisão não passa de um ato arbitrário e violento da polícia carioeca, que não tem nenhuma justificativa e contra a qual, como patriota e democrata, formulo aqui o meu protesto. A acusação que lhe fazem é absurda. Se Moscou quisesse enviar alguém ao Brasil, não iria mandar ninguém com documento falso...

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Qual a sua palavra sobre a morte do Papa?

— O Papa Pio XII foi sem dúvida alguma um defensor da Paz neste após guerra. E o que desejamos é que seu sucessor no Vaticano prossiga na mesma orientação.

— José Fortuny conheço de nome, como grande lutador pelos interesses do povo da Guatemala. A sua prisão não passa de um ato arbitrário e violento da polícia carioeca, que não tem nenhuma justificativa e contra a qual, como patriota e democrata, formulo aqui o meu protesto. A acusação que lhe fazem é absurda. Se Moscou quisesse enviar alguém ao Brasil, não iria mandar ninguém com documento falso...

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Qual a sua palavra sobre a morte do Papa?

— O Papa Pio XII foi sem dúvida alguma um defensor da Paz neste após guerra. E o que desejamos é que seu sucessor no Vaticano prossiga na mesma orientação.

— José Fortuny conheço de nome, como grande lutador pelos interesses do povo da Guatemala. A sua prisão não passa de um ato arbitrário e violento da polícia carioeca, que não tem nenhuma justificativa e contra a qual, como patriota e democrata, formulo aqui o meu protesto. A acusação que lhe fazem é absurda. Se Moscou quisesse enviar alguém ao Brasil, não iria mandar ninguém com documento falso...

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?

— Que diz da prisão de Fortuny e das acusações que lhe pesam?



Lício Hauer

Aumentara o Numero de Deputados Nacionalistas no Palácio Tiradentes

Os resultados da apuração até o momento fazem prever um aumento de 20% para a Frente Parlamentar Nacionalista na C. Federal — Em todos os Estados o eleitorado reafirmou sua confiança naqueles que souberam defender com maior coragem e coerência os interesses nacionais — A sucessão presidencial deverá acentuar a polarização nacionalismo entreguismo

maior Luiz Cavalcanti (PSD); os srs. Breno da Silveira (PSB), Eloy Dutra, Wladimir Magalhães (PTB), até ao momento, amparados pela representação nacionalista carioca; do Estado do Rio de Janeiro o sr. Fortunato Bocayuva; a representação do Rio Grande do Sul, somente na bancada trabalhista, que será provavelmente formada por 14 a 15 deputados, além dos deputados Fernando Ferrari e Croacy de Oliveira, contará com mais cinco nacionalistas, entre os quais os srs. Paulo Mincarone, Floriano Pa'vão e Fernando Pereira, e Rafael Martins (PTB), para a bancada paulista.

Diante desses resultados não há como negar que as preferências do eleitorado brasileiro, mais que para as legendas partidárias, se orientaram para os candidatos a quem se apresentaram sob a bandeira do nacionalismo e com uma plataforma de emancipação nacional e de defesa das aspirações progressistas e democráticas das grandes massas populares.

Na maioria das bancadas deverão tomar assento dezenas de membros de outros deputados nacionalistas: na representação pernambucana, eleitos pela coligação PTB-UDN, estão os srs. João Cleofas e Alde Sampaio (UDN); Edgar Bezerra Leite e o ilustre homem público, jornalista e escritor Barbosa Lima Sobrinho (PTB); a representação nacionalista paranaense, contará mais com o sr. Humberto Lucena (PSD) e Jacob Franz (UDN); do Rio Grande do Norte, sob a legenda do PTN, virá o sr. Djalma Maranhão, ex-prefeito de Natal; a bancada nacionalista cearense ganhará a colaboração dos srs. Paulo Sarazate e Cristiano Moreira de Rocha; entre os nacionalistas alagoanos figurarão os srs. Odilon de Souza Leão e Abrão Fidélis de Moura (PSP) e

faz sentir dentro dos partidos e em torno de certos nomes de políticos trazidos à ribalta da cena sucessória pelo pleito de 3 de outubro a necessidade de uma ação para a continuidade de sua ação educativa junto às massas populares do povo brasileiro. A movimentação que já se faz sentir dentro dos partidos e em torno de certos nomes de políticos trazidos à ribalta da cena sucessória pelo pleito de 3 de outubro está a mostrar que a sucessão do atual governo da República se processará sob o signo da polarização ainda mais acentuada das correntes nacionalistas e entreguistas.

Prof. Carlos

MAIS QUE DUPLICOU A FÔRÇA ELEITORAL DA FRENTE DE AÇÃO

NO PRIMEIRO PLENO DA LEGALIDADE EM ONZE ANOS O CC DO PC DO CHILE FAZ UM BALANÇO DAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

O Partido Comunista do Chile participou, a 4 de setembro último, de um dos pleitos mais disputados da história do país. Concorriam ao pleito para a presidência da República quatro candidatos apresentados por forças políticas de diferentes tendências. Numa dessas forças, a Frente de Ação Popular, formava o Partido Comunista. O candidato da Frente de Ação Popular era Salvador Allende, democrata proeminente, cujo nome já fora vitoriosamente sufragado pelos trabalhadores e o povo para senador, ocupando durante algum tempo a Presidência da Câmara de Deputados. O nome de Allende tornou-se conhecido além das fronteiras do Chile por sua nobre atividade na luta mundial dos partidários da paz.

Os resultados gerais (não oficiais) das eleições de 4 de setembro no Chile foram os seguintes:

Jorge Alessandri	386.192 votos
Salvador Allende	364.300 "
Frei	254.323 "
Bossay	189.183 "

Como se vê, a diferença entre o candidato apoiado pelos comunistas (Allende) e o candidato das forças direitistas, Alessandri, foi de pouco mais de 30 mil votos.

BALANÇO DO PARTIDO

Logo depois das eleições, a 10 de setembro, o Partido Comunista do Chile deu início a uma reunião plenária, a primeira na legalidade nos últimos onze anos, para fazer uma análise das eleições. O primeiro balanço foi apresentado por Volodia Teitelboim, em nome do Comitê Central do P.C.C.

Inicialmente, Teitelboim, através de um quadro estatístico, mostrou que a Frente de Ação Popular mais que duplicou sua votação em relação à obtida nas eleições parlamentares do ano passado.

Teitelboim salientou que, antes de 4 de setembro, as forças democráticas chilenas haviam conquistado notáveis êxitos. Durante a campanha eleitoral formou-se um amplo movimento de massas em todo o país. Conseguiu-se, mediante a unidade das forças antiliberais, a derrogação da reacionária lei denominada de "Defesa da Democracia", que privava de voto e de concorrerem às eleições os membros do Partido Comunista. Foi igualmente tornado sem efeito o nefasto Decreto Yanez Koch, que mantinha os sindicatos operários. Embora parcialmente, a legislação eleitoral também foi reformada num sentido democrático.

Através do desenvolvimento da campanha eleitoral, estendeu-se o campo de unidade de ação das forças populares, abrangendo oito partidos políticos e forças independentes. Foi elaborado conjuntamente um programa comum que se difundiu por todo o país e

se converteu em bandeira do movimento social.

A candidatura popular de Salvador Allende, disse Volodia Teitelboim, teve sua fortaleza principal no proletariado, particularmente nas províncias mineiras. Isto confirma a tradição revolucionária dos operários do salitre, do cobre e do carvão, a cuja posição de vanguarda se juntaram os trabalhadores de Magallanes e outras províncias.

MUDANÇA NO CAMPO

O informante destacou perante o Comitê Central do Partido Comunista do Chile ter havido uma mudança radical no campo no que se refere à consciência do campesinato. Até 4 de setembro disse, costumava-se apresentar o campesinato chileno como a antítese política do operário, como uma grande reserva da reação, impedindo nos pleitos as vitórias do povo. Isto mudou a olhos vistos. A contradição política entre operários e camponeses diminuiu em grau considerável. Nestas eleições se verificou de fato uma aliança operário-camponesa. Ambos os setores votaram pelo Programa da Frente de Ação Popular e por seu candidato à presidência da República. O despertar camponês deu origem a vários impressionantes movimentos nas províncias mineiras, metálicas e agrícolas, onde os resultados foram favoráveis.

POSSÍVEL AMPLIAR A UNIDADE

Nas eleições de 4 de setembro — prosseguiu Teitelboim — as duas primeiras maiorias relativas couberam a Allende e Alessandri.

Compete assim ao Congresso, segundo a Constituição do Chile, escolher entre os dois candidatos. A Frente de Ação Popular conclamou os parlamentares dos partidos que apoiaram Bossay e Frei a votarem no Congresso em favor de Allende, por sua elevação à Presidência da República.

Se for eleito Alessandri — prosseguiu Teitelboim — o país se acharia em face de um governo das forças reacionárias. Seu governo atuaria em favor da oligarquia latifundiária dominante, dos banqueiros e monopolistas. O sr. Alessandri declarou que favorecerá e estimulará as inversões de capitais estrangeiros. Como é sabido,

este é um dos pontos-chave, que define o caráter e a orientação política de um governo.

Não é casual o grande regoijo da imprensa norte-americana pela vitória de Alessandri no pleito do dia 4 de setembro.

PROGRAMA DE AÇÃO COMUM

Em nome do Partido Comunista, Teitelboim apresentou um programa de ação comum das forças democráticas, com os seguintes pontos principais:

- 1) — Defesa das liberdades públicas e maior ampliação dos direitos dos cidadãos.
- 2) — Defesa do petróleo e demais riquezas naturais do país.
- 3) — Aumento de salários e vencimentos e satisfação de outras reivindicações dos trabalhadores.
- 4) — Cumprimento das leis sociais e ajuda em créditos, sementes, adubos e instrumentos agrícolas aos peque-

nos agricultores, colonos e "mapuches".

5) — Votação de avultadas verbas para solucionar o problema da moradia.

6) — Relações diplomáticas e comerciais com todos os países.

O informante concluiu: hoje, como no dia das eleições, antes dela e no futuro, mantivemo-nos e nos manteremos fiéis à idéia de unir todas as forças nacionais contra a reação e o imperialismo.

Inspirado por este pensamento, o Partido Comunista, desde o primeiro momento da campanha presidencial, propôs a mais ampla unificação de todos os setores democráticos.

Volodia Teitelboim reafirmou que o Partido Comunista continuará se esforçando pela unidade firme e indissolúvel de todas as forças que apoiam aqueles objetivos, em defesa do pão, da liberdade e dos direitos do povo chileno.

VIDA DOS PARTIDOS COMUNISTAS

Resolução do Pleno do CC do PC Francês sobre o Plebiscito

No subúrbio parisiense de Ivry, teve lugar a 3 e 4 de outubro uma reunião plenária do Comitê Central do Partido Comunista Francês. Foram discutidas questões relativas à situação política no país depois do recente referendun-plebiscito. O informe a respeito foi apresentado pelo membro do Bi-

"A aprovação da Constituição" — diz a resolução do CC — "constitui um recuo da democracia na França e cria uma situação séria para o país. O direito eleitoral universal foi golpeado e foi reduzido o papel da representação nacional. Poderes extraordinários foram concentrados nas mãos de um só homem. Ao sancionar o golpe de Estado e o putch militar, os resultados do plebiscito ameaçam a vida pública de chantagem permanente da parte dos representantes da reação, do militarismo e do fascismo. Limitando as possibilidades de controle sobre a vida política do país por parte do povo e de seus eleitos, esta Constituição favorece as forças que determinam a política do atual governo: os grandes industriais e banqueiros".

O Comitê Central do Partido Comunista Francês salienta que, por ocasião do plebiscito, não se pediu aos franceses para se pronunciarem em relação a este ou aquele problema ou programa político, mas em relação a um homem. Desta forma, numa situação confusa, somaram-se votos com diferente significação. Para os extremistas argelinos, para a reação, a vitória do "Sim" significou antes de tudo conservar e aumentar seus privilégios de

Informe de Ajoy Ghosh

O Comitê Central do Partido Comunista da Índia ouviu a 4 de outubro a leitura de um informe do Secretário geral do Partido, Ajoy Ghosh sobre a situação internacional e interna do país. Ghosh salientou a necessidade de levar a cabo uma campanha de caráter nacional pela evacuação das tropas dos Estados Unidos da ilha chinesa de Taiwan (Formosa). Ghosh disse que o imperialismo está desesperado ante as tremendas vitórias das forças da paz, que lhe impuseram uma retirada da Ásia Oriental.

O informe de Ghosh trata também do segundo plano quinquenal da Índia e do perigo dos empréstimos escravizadores. Discute igualmente a situação em Kerala e a escassez de alimentos no país.

PC Francês sobre o Plebiscito

Na base do informe foi aprovada uma resolução do Comitê Central na qual se aprova a declaração do Bôro Político de 29 de setembro sobre os resultados do referendun, assim como o relatório apresentado ao pleno por Marcel Servin.

classe. Os republicanos desejavam sobretudo uma mudança de política, em favor da qual se pronunciaram a 2 de janeiro de 1956 (a resolução se refere às eleições ao Parlamento atual, no qual o Partido Comunista é o partido majoritário).

Entretanto — acrescenta a resolução — a divisão das forças de esquerda não permitiu aos partidários do "Não" (dos que votaram contra a Constituição degaulista) abrir uma perspectiva favorável à renovação da política francesa e ao restabelecimento da democracia.

"Estes os motivos básicos da adoção da Constituição. A isto acrescenta-se o temor de um caos, da chantagem da guerra civil, a propaganda desenfreada em favor do plebiscito, a pressão do Estado e do alto clero em favor do "Sim" — diz a resolução do CC do P.C.F.

Destacando que o "restabelecimento de um regime anti-democrático acarreta dificuldades para o povo e para o país", o CC do PCF diz que "na nova situação criada pela aprovação da Constituição, o Partido Comunista Francês continuará sua luta, por via democrática, em defesa das liberdades e pela volta à democracia".

"A diversidade de motivos que levaram os eleitores a

DICIONÁRIO

PROPRIEDADE — É a posse e o domínio dos bens materiais, expressão das relações de riqueza na sociedade. Aparentemente, a propriedade expressa apenas uma relação entre o homem e o objeto. Na verdade, porém, a propriedade é uma relação entre os homens — e este é que é o seu traço fundamental. Quando se diz — «Este objeto é meu», isso significa não só que a coisa pertence a determinada pessoa, mas ao mesmo tempo que ela não pertence aos demais. Assim, quando o industrial afirma — «Esta fábrica é minha», isso quer dizer que os operários que trabalham na empresa, bem como o conjunto da sociedade, estão excluídos na propriedade dos referidos bens.

O caráter da propriedade não é imutável, mas, ao contrário, varia historicamente, segundo o modo de produção, o regime econômico-social, dominante em cada fase de desenvolvimento da sociedade. É um erro, portanto, afirmar como fazem algumas teorias burguesas, que a propriedade sempre foi privada e jamais deixará de ser. No regime comunal primitivo, anterior à escravidão, a propriedade era coletiva, isto é, os bens materiais não pertenciam aos indivíduos, pessoalmente, mas a toda a sociedade. Só com o aparecimento da escravidão, cujas relações de produção tinham por base a propriedade pessoal dos senhores de escravos sobre os meios de produção e os próprios trabalhadores, surge a propriedade privada, que se mantém ao longo do regime feudal e do capitalismo, formações econômico-sociais baseadas na existência, na sociedade, de classes antagônicas, de explorados e exploradores.

Sob o capitalismo, é a propriedade privada capitalista sobre os meios de produção que forma a base das relações de produção. As máquinas, as fábricas, os instrumentos de trabalho pertencem apenas a uma minoria, os capitalistas, aos quais os operários, para podermos viver, são obrigados a vender a sua força de trabalho, paga sob a forma de salário. No processo da produção, o operário cria valores muito maiores do que aquele pelo qual é paga a sua força de trabalho. Essa diferença, isto é, a mais-valia produzida pelos operários é apropriada pela classe capitalista, sob a forma de lucro, renda, etc.

O regime socialista, suprimindo a existência de classe explorada e exploradora na sociedade, estabelece a propriedade coletiva sobre os meios de produção, base das relações de produção socialistas. As fábricas, as máquinas, as minas, etc. deixam de pertencer a uma minoria de exploradores e passam a ser propriedade de toda a sociedade, como acontece hoje na União Soviética e demais países socialistas.

seguir pela França depois do plebiscito. Neste sentido, a resolução assinala que o governo de de Gaulle continua a guerra na Argélia, estende à França o regime de exceção ali dominante, segue a velha política colonialista, baseada na recusa de reconhecer as legítimas exigências dos povos, permite o aumento dos preços e dos alugueis, enquanto recusa aumento de salários aos trabalhadores e ao mesmo tempo, suprime os impostos sobre os lucros das companhias capitalistas.

"Rude Pravo" e a agricultura iugoslava

Numa correspondência de Belgrado, o diário "Rude Pravo", órgão do Comitê Central do P.C. da Tchecoslováquia, escreveu a 3 do corrente mês que "o objetivo da Iugoslávia é preservar o capitalismo no campo".

"Seu caminho de cooperação não representa a socialização da agricultura, mas visa diretamente àquele fim". Acrescenta o correspondente que apenas 5% das terras na Iugoslávia são lavradas por cooperativas. A despeito da tremenda diferença na produção por hectare entre as fazendas do Estado e as cooperativas, de um lado, e as fazendas particulares, de outro, a Liga dos Comunistas Iugoslavos repele a coletivização — diz o comentarista. Dá preferência à cooperação dos camponeses privados com as cooperativas do tipo não socialista. Isto significa, em essência, não mudar as relações entre o povo e preservar o atual estado de coisas, com centenas de milhares de fazendas pequenas e grandes.

O comentarista acrescenta não haver um esforço consistente para organizar a vitória de uma produção agrícola realmente socialista e em larga escala, embora a colheita deste ano tenha mostrado as grandes vantagens da socialização para a economia nacional e para os próprios camponeses.

"A política exterior do governo — diz a resolução do CC do PCF — continua, como antes, a basear-se no Pacto do Atlântico Norte e no aguçamento da tensão internacional; não somente concorda com os tratados europeus de rearmamento da Alemanha, com a presença do general hitlerista Speidel na França, como prevê o reforçamento do Pacto do Atlântico através da conclusão de uma estreita aliança com a Alemanha revanchista, enquanto encaminha a França para o armamentismo atômico."

Em conclusão, a resolução do CC do PCF expressa a convicção de que o futuro pertence ao povo, a República renascida será ainda melhor e mais forte.

XI Congresso do PC do Chile

O Comitê Central do Partido Comunista do Chile convocou o XI Congresso do Partido, o qual deve realizar-se em Santiago de 18 a 23 de novembro próximo.

Será este o primeiro congresso do Partido a realizar-se publicamente nos últimos onze anos, desde a promulgação da lei chamada de "Defesa permanente da democracia", revogada em agosto passado.

É a seguinte a ordem do dia do Congresso:

1. — A luta do povo do Chile pela independência nacional e pela paz.
2. — O fortalecimento orgânico, político e ideológico e o desenvolvimento do Partido como um partido de massas.
3. — Modificações nos Estatutos do Partido.
4. — Eleição do Comitê Central do Partido.

VOZ OPERÁRIA

DE LITOR
Mário Alves
MATRIZ

Redação:
Av. Rio Branco, 257, 17º and. s/ 1712 — Tel: 42-7344

Administração e gerência:
Av. Rio Branco, 257, 9º andar, sala 905

ASSINATURAS
Núm. avulsas 3,00
Anual 150,00
Semestral 80,00
Trimestral 60,00

Áreas ou sob registro, despesas à parte: Núm. arquivado 5,00

SUCURSAL
PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria nº 66, s/ 43.

TÊXTEIS CARIOCAS EM LUTA POR AUMENTO DE SALÁRIO

Reportagem de LUIZ GHILLARDINI

Apesar dos elevados lucros, os empregadores não consideram "oportuno" o aumento pleiteado — Muito baixa a média dos salários — Burlada a CLT — Empresas que ainda não pagam o aumento conquistado em 1957 — Intensificação no ritmo de trabalho para anular a elevação do salário mínimo — Exploração dos menores — Ebulho no pagamento de férias, tempo para tratamento de saúde e insalubridade — Congresso Nacional dos Operários Textéis no próximo ano



Somente a mobilização dos textéis decidiu a conquista dos 15% de aumento em novembro de 1957. Aqui vemos os textéis na concentração então realizada em frente ao Ministério do Trabalho.

Cerca de 30 mil textéis existentes no Distrito Federal iniciam mais uma luta por aumento de salário. Antes de realizar a assembléia para tratar do assunto, a diretoria do sindicato enviou dois ofícios ao sindicato patronal, solicitando uma reunião conjunta das duas diretorias para debater o problema. A resposta dos patrões foi negativa. Não acham «oportuna» a ocasião.

INDÚSTRIA LUCRATIVA

Há várias causas que impedem um maior desenvolvimento da indústria têxtil. Uma delas é a falta de um vasto mercado interno, devido à situação de miséria em que é mantida a população, principalmente a do campo. Outra é a insuficiência das exportações, devido à política do comércio exterior do governo, que teima em ignorar a capacidade de consumo de mais de um bilhão de habitantes dos países da área socialista. A isso alia-se o fato de que a indústria têxtil não tem renovado o seu parque de máquinas. A maioria das fábricas possui uma maquinária que veio do tempo do Império. A produção, assim, torna-se cara e não pode concorrer com a dos países adiantados em mercados que lhes pertencem tradicionalmente.

Apesar disso a indústria têxtil é bastante lucrativa. Eis alguns lucros obtidos por fábricas cariocas em 1957: Fiação Rio de Janeiro, Cr\$ 34.258.685,30; Deodoro Industrial, Cr\$ 20.205.759,40; Cia. Nacional de Rendas e Bordados, Cr\$ 14.619.297,20; Moinho Inglês, Cr\$ 15.178.990,80; América Fabril, Cr\$ 40.510.461,30.

EXPLORAÇÃO CRESCENTE DOS OPERÁRIOS

Esses lucros são constantemente aumentados à custa do aumento dos preços e da exploração dos operários. Mesmo com o aumento de 15% conquistado em séria luta em novembro do ano passado, a média dos salários não vai além de Cr\$148,30 diários o que perfaz cerca de 4.400 cruzeiros mensais.

A burla da Consolidação das Leis do Trabalho através de toda sorte de artimanhas é um recurso bastante usado pelos empregadores para aumentar a exploração dos operários.

Nenhum empregador se dispôs a pagar os 15% de aumento conquistados em 1957, sem a intervenção da Justiça do Trabalho. De Julho a Agosto do corrente ano foram apresentados 1.605 reclamações contra empregadores que ainda procuram negar o aumento.

O direito de estabilidade é evitado oferecendo-se aos operários que estão prestes a adquiri-lo, acordos pelos quais deixem o emprego mediante o recebimento de uma parte diminuta da indenização que lhe é devida quase sempre cerca de 40%. Na maioria dos casos o oferecimento é feito após uma série de pressões e perseguições para quebrar a resistência do operário que, assim, aceita o acordo com esperança de melhorar de situação em outra fábrica. Outra forma utilizada é a admissão de trabalhadores mediante contrato de trabalho. Neste caso o profissional é quase sempre admitido como servente, o que dá direito ao empregador de utilizá-lo em qualquer serviço, desde a limpeza dos aparelhos sanitários até à substituição dos mais competentes profissionais. Ao finalizar o contrato está automaticamente demitido sem quaisquer direitos.

A última elevação dos níveis de salário mínimo os empregadores responderam intensificando mais o ritmo

de trabalho — dobraram o número de máquinas para cada tecelão e reduziram o pagamento por tarefa. Assim, na fábrica Mavillis Bonfim, por exemplo, os tecelões que trabalhavam com 2 teares passaram a trabalhar com 4, e, o metro de pano produzido que lhe era pago a Cr\$ 2,20 passou para Cr\$ 1,80 e 1,70. Os operários mais antigos e idosos, que não suportam o novo ritmo de trabalho, são obrigados a aceitar acordos mediante os quais abando-

O TRABALHO DO MENOR

Os menores são brutalmente explorados nas fábricas de tecidos. Produzem como adultos e percebem salários de menores aprendizes, isso quando a lei estabelece igual salário para trabalho igual, e limita o tempo de aprendizagem na indústria têxtil, a um ano. Grande é o número de menores, principalmente entre 15 e 16 anos, submetidos a esse regime de exploração. Alguns dados aproximados, segundo afirmações de dirigentes do Sindicato: — Moinho Inglês, ... 19% de menores; Fábrica Cruzeiro, 20%; Cia. Nacional de Rendas e Bordados, 50%, etc..

SONEGAÇÃO DAS FÉRIAS E DOS 2/3 PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A sonegação de parte das férias recai principalmente sobre os operários que trabalham por tarefa. Nas fábricas, os cálculos para a redução do salário têxtil, quase sempre analfabeto ou semi-alfabetizado, tem dificuldade em saber quanto ganha. Quando se trata de calcular a importância das férias, então, o resultado «encontrado» é sempre uma quantia irrisória.

De acordo com a lei, os trabalhadores, quando em tratamento de saúde no Ins-

(CONCLUI NA PAG. 11)

Campanha Salarial dos Bancários: Unidade em Ambito Nacional

Intransigência dos banqueiros — Assembléia em todo o país entre 16 e 21 do corrente

Os bancários, em sua luta por aumento de salários, passam a uma nova fase, agora visando a unidade de ação em âmbito nacional. O seu VII Congresso, realizado em abril deste ano, recomendara que o aumento fosse reivindi-

cado no pleno regional ficando as entidades com autonomia para concluir acordos, consultada a Confederação. Porém, até o momento somente os bancários dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Ceará e Paraíba conse-

guiram ser atendidos em suas pretensões. Tornou-se assim evidente que os banqueiros não cederão se não forem tomadas medidas mais eficientes por parte dos empregados.

Na reunião nacional realizada entre os dias 6 e 9 do corrente, nesta capital, as Federações resolveram marchar para a unidade de ação de todos os bancários do país na luta pelo aumento, recomendando a realização de assembléias em todo o território nacional, entre os dias 16 e 21 deste. Para dar mais eficiência à campanha foi deliberado reforçar e ampliar as organizações nos locais de trabalho, objetivando responder à intransigência dos banqueiros com ações mais enérgicas. Dada a importância que possuem para a luta os bancos de rede nacional foi resolvido criar comissões especiais dos mesmos junto à Confederação.

NO DISTRITO FEDERAL

No Distrito Federal os empregados já realizaram várias assembléias, tendo rejeitado uma proposta dos banqueiros de 20%, baseada em dados fornecidos pelo SEPT. Além de intensa campanha de esclarecimento do público, demonstrando a justeza da sua reivindicação, os bancários realizaram grande propaganda de rua e nos locais de trabalho sob a consigna de «mais de 5 mil bancários para a assembléia do dia 16».

OS EMPREGADOS TOMAM ATITUDE

Com a negativa não se conformaram os empregados. Em assembléia realizada nos últimos dias de agosto deste ano, reafirmaram a sua disposição de lutar pelas referidas reivindicações, tomando ainda, entre outras, as seguintes deliberações: a) promover mesa redonda no D. N.T., solicitando o apoio do sr. João Goulart; b) apurar com os Ministros da Agricultura e da Viação o montante dos superavits dos serviços de Luz e Gás e solicitar o apoio da Federação; c) Solicitar ao Poder Legislativo que peça informações sobre os ditos superavits; d) enviar

(CONCLUI NA PAG. 11)

Trabalhadores na energia elétrica e do gás reivindicam:

Adicional Por Ano de Serviço e Taxa de Periculosidade

A Cia. falta aos compromissos assumidos — Resoluções da assembléia dos trabalhadores — A Light pode atender às reivindicações sem apelar para novos aumentos de tarifas

Os trabalhadores da Light, das indústrias da energia elétrica e da produção de gás, lutam pela conquista de um adicional de 50 cruzeiros por ano de serviço, e pagamento da taxa de periculosidade.

Quando da última campanha por aumento de salário, os trabalhadores tinham essas reivindicações no seu programa. Adiaram a solução do problema, mediante o compromisso do representante da Companhia de que esta, logo após resolvida a questão salarial, trataria do assunto com a diretoria do Sindicato. Como o tempo passasse e a Companhia não voltasse ao assunto, o Sindicato a ela se dirigiu, recebendo em resposta uma premissória negativa.

Acontecimentos da Vida SINDICAL

— Os trabalhadores na indústria de construção civil, de Campinas, Estado de São Paulo, estão em campanha por 35% de aumento de salário.

— A delegacia do IAPC, em São Paulo, deixou de atender, sem aviso prévio, às inscrições para empréstimo abertas pela Carteira Imobiliária, com prejuízo, até o momento, para 1.100 candidatos inscritos.

— O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana, enviou telegrama aos secretários da Viação e da Fazenda, solicitando seja modificado o critério adotado para o pagamento da complementação aos aposentados.

— As entidades representativas dos professores do Estado de São Paulo, em sinal de protesto pela situação vexatória em que estes vêm sendo mantidos pelos poderes públicos, resolveram não participar das comemorações oficiais programadas para o Dia do Professor. Ao mesmo tempo a Federação dos Professores e Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, programou suas próprias comemorações, tendo o apoio da União Paulista dos Estudantes Secundários, União Estadual dos Estudantes e União dos Estudantes Secundários Paulistanos.

— Os trabalhadores na indústria fumageira, do Distrito Federal, reivindicam um reajustamento de 35% nos seus salários.

— A CAPFESP está atrasando o pagamento dos proventos dos aposentados da Companhia Mogiana, em Campinas, motivo porque aqueles inativos atravessam situação penosa.

— Os trabalhadores em papel e papelão, de São Paulo, recusaram contra-proposta patronal de 15% de aumento nos salários, reafirmando o seu pedido anterior de 30%. Ao mesmo tempo, através da D. R. T., convidaram os patrões para uma mesa redonda a fim de discutir o problema.

— Os trabalhadores nas indústrias químicas de São Paulo estão realizando reuniões por empresas, a fim de coordenar a luta pelos 40% de aumento.

Sobre o Desenvolvimento Da Economia Nacional

A BATALHA DA DIFUSÃO

Resoluções da II Convenção dos Trabalhadores do D. Federal

Publicamos neste número as resoluções da II Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal relacionadas com o desenvolvimento econômico nacional. É o seguinte o seu texto:

- 1) Defesa do monopólio estatal do petróleo e de seus derivados fundamentais; rápida aprovação do projeto de lei que institui a DISPETROL;
- 2) Rápida aprovação do projeto de lei que institui a ELETROBRAS; encampação dos serviços de luz e energia elétrica;
- 3) Aproveitamento dos minérios atômicos para fins pacíficos e manutenção da política nacionalista sobre nossas reservas minerais;
- 4) Incentivo e desenvolvimento das indústrias siderúrgicas, inclusive da CSN, de alumínio, petroquímica, celulose e de papel, e de outras mais que presentemente se fazem necessárias para o fortalecimento de nosso parque industrial;
- 5) Defesa da indústria de material ferroviário, metalúrgica, de calçados e de têxteis as demais indústrias e ramos de nossa economia que se encontram ameaçados de concorrência e liquidação pela instalação de empresas es-

- trangeiras similares no país, ou pela importação de artigos e produtos aqui fabricados e que com vantagem as nossas empresas suprem o mercado interno;
- 6) Facilitar a importação de máquinas e equipamentos modernos para o nosso reaparelhamento industrial, desde que os mesmos não sejam aqui fabricados; isenção de tarifas alfandegárias para a sua respectiva importação;
- 7) Incentivo à pesquisa do subsolo, particularmente de novos campos carboníferos já prescritos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral na região nordeste do Brasil Central, entre os rios Xingú e Parnaíba, bem como a formação de técnicos e geólogos;
- 8) Ajuda à indústria de construção naval brasileira, através do Fundo de Marinha Mercante para os estaleiros estatais ou particulares;
- 9) Monopólio estatal para industrialização da borracha natural e sintética;
- 10) Nacionalização dos moinhos de trigo, dos frigoríficos de carne e da empresa de beneficiamento de algodão;
- 11) Proteção à indústria nacional aeronáutica e de peças de avião; nacionalização dos capitais estrangeiros investidos na aviação comercial.

nacionais de 50% das mercadorias exportadas;

18) Aplicação do Fundo Portuário exclusivamente no reaparelhamento de nossos portos; federalização dos portos;

19) Manutenção da atual política de defesa do preço de café; ajuda e desenvolvimento da triticultura nacional; plano de defesa de nossas matas, salvaguardando-as da destruição. Ampliação da plantação de árvores de madeira de lei.

Considerar que para a efetivação dos pontos acima relacionados devemos pautar nossa política econômica observando as diretrizes seguintes:

a) Defesa dos princípios políticos e econômicos estabelecidos em nossa Constituição e ampla garantia das liberdades sindicais e democráticas;

b) Política nacional contra os trusts e monopólios internacionais que procuram concorrer deslealmente com o capital nacional, visando, com isso, a liquidação de nosso atual parque industrial e o domínio de nossa economia;

c) Rever a Instrução 113, da SUMOC, tendo-se em vista garantir a nosso desenvolvimento econômico, excluindo as concessões e privilégios às empresas estrangeiras em prejuízo das empresas nacionais;

d) Política de empréstimos somente de governo para governos tanto com os países capitalistas, como com os socialistas; tais empréstimos não serem condicionados a exigências que ponham em jogo a soberania nacional ou a nossa política econômica;

e) Restabelecimento de relações comerciais com os países socialistas dos quais presentemente estamos afastados;

f) Estabelecimento em nosso comércio exterior do regime de troca de mercadorias, visando a economia de divisas e o escoamento de produtos gravosos, aproveitando-se para isso as ofertas já feitas pelos vários países socialistas;

g) Limitação da remessa de lucros e dividendos das empresas estrangeiras para o exterior;

h) Realização da reforma agrária visando a ampliação do mercado interno, a extinção dos latifúndios improdutivos, a distribuição de terras lavráveis aos camponeses e o abastecimento das grandes cidades; expansão do serviço social-rural com a concessão de créditos, máquinas, sementes, adubos, etc., a todos os lavradores; legislação social adequada e serviço de previdência social aos trabalhadores do campo;

i) Desenvolvimento econômico e social do Nordeste, visando o amparo à sua população;

j) Apoiar a política — Operação Pan-Americana — para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos defendida pelo Presidente da República; entretanto só a consideramos possível se o governo imprimir uma maior dinâmica em nossa política externa, sem comprometê-la com os interesses colonialistas dos grupos monopolistas internacionais;

l) Finalmente, é necessário que o governo incremente de maneira real e positiva a política traçada para o nosso desenvolvimento econômico, a fim de nos libertarmos das forças e interesses que vêm travando o nosso progresso.

AUMENTOS: Diamantina mais 11%, Angra dos Reis mais 10%, Belo Horizonte mais 15%.

AGÊNCIAS RESTABELECIDAS: Mandaguari, Curitiba, Getulina, Iacanga e Cachoeiro do Itapemirim.

AGÊNCIAS SUSPENSAS: Silva Jardim e Teresópolis.

AGÊNCIAS REDUZIDAS: Mogi das Cruzes, Assis menos 45%, Bauru, menos 50%, Corumbá menos 20%.

NOVOS ASSINANTES: D. Federal (2), Brasília e Belo Horizonte.

Registramos com agrado o fato de nosso agente em Campo Grande — Mato Grosso — ter liquidado o seu débito. Este registro diz respeito também à agência de Vitória — E. Santo, que cumpriu o ajuste, regularizando sua situação com a Administração deste semanário. Outro registro de nota diz respeito à agência de Curitiba, que também liquidou seu débito.

Aguardamos resposta à proposta que fizemos às an-

tuas Sucursais em Salvador, no Recife e em São Paulo e aos agentes de Belém e São Luiz.

Em virtude da falta de contato com as agências de Aracatuba, Adamantina, Batataia, Capivari, Estréla D'Oeste, Itararé, Itapetininga (JCV), Itápolis, Ituverava, Garapeva, Jundiaí, Lins, Pindamonhangaba, Ourinhos, Ribeirão Preto, S. Anastácio, S.J.R. Preto, Barra do Piraí, Itaguaí, Magé, Parati, Belo Horizonte (GF), Conselheiro Pena, Cambuquira, Governador Valadares, Ituiutaba, Itauna, Medina, Planura, Apucarana, Rolândia, União da Vitória, Vitória da Conquista, Natal, Florianópolis, Juiz de Fora, somos levados a interromper, temporariamente, as remessas de VOZ OPERÁRIA, para essas cidades.

PAGAMENTOS DE 24/9 a 15/10/1958:

Botucatu	Cr\$ 500,00
Belém	2.000,00
Corumbá	1.000,00
Londrina (Int. Almir)	3.000,00

Terezina	1.000,00
Rio Claro	1.000,00
Cornélio Procopio	1.000,00
Salvador (Int.)	1.000,00
N. O. S.	1.000,00
Piracicaba	200,00
Cons. Lafayette	200,00
Distribuidora Planchuelo	7.300,00
Marília	480,00
Campo Grande	500,00
Mogi das Cruzes	1.300,00
Recife (JFS)	90,00
Nova Friburgo	500,00
Silva Jardim	117,50
Getulina	350,00
Cuiabá	360,00
Bauru	500,00
Campina Grande	400,00
Curitiba	10.000,00
João Pessoa	2.333,00
Manaus	510,00
Barretos	1.000,00
Iacanga	300,00
Cruzeiro D'Oeste	600,00
Belo Horizonte	600,00
Distribuidora Riachuelo	14.000,00
Assis	1.000,00
Fortaleza (MF)	1.000,00
S.J. Nepomuceno	200,00
Franca	200,00
Petrópolis	1.700,00
Campina Grande	400,00
Cachoeiro do Itapemirim	1.200,00
Araucária	600,00

ESTUDOS SOCIAIS

NAS BANCAS DE JORNAIS E NAS LIVRARIAS O Nº 2 DA REVISTA «ESTUDOS SOCIAIS»

É o seguinte o sumário desse número de já consagrada revista:

Jaçob Gorender: «Política Exterior em Crise»; Mário Schemberg: «Fredéric Joliot-Curie»; Moacir Paz: «Capitais Estrangeiros, fator limitante do desenvolvimento»; Hermínio Linhares — «As greves operárias no Brasil durante o primeiro quartel do século XX»; Fragmon Carlos Borges: «A grande propriedade territorial latifundiária»; E. Varga: «Os problemas do ciclo industrial do pós-guerra e a nova crise de superprodução»; Meziar Werneck de Castro: «Novo romance de Dalcídio Jurandir»; Rui Facó: «O romance do sr. Guimarães Rosa e o problema da terra no Brasil»; Edison Carneiro: «O Partido da Prata»; Miguel Costa Filho: «O trabalho nas Minas Gerais»; Crítica de livros; Crítica de revistas.

PEQUIM CAPITAL EM QUE.

(CONCLUSÃO DA PÁG. 9)

são bonachona, docilmente cavalgado por crianças e jovens que o conduzem, domesticado e amigável, pelas largas estradas do socialismo e do futuro.

Vitamos pelas ruas, incrivelmente limpas como se tivessem acabado de ser varridas e levadas homens, mulheres e crianças de aspecto saudável, — pareceu-nos mínima a porcentagem de pessoas idosas — simples, decente e uniformemente trajados: para os homens calças azul marinho, beije ou cinza, camisas brancas ou blusões, alguns vestindo «shorts» ou o

clássico dolmam com o qual aparecem em todas as fotos os chefes de Estado da República Popular; para as mulheres, de modo quase geral, calças compridas de todos os

tons de azul, verde e amarelo, rinho até o azul muito claro, blusas ou uma espécie de jaqueta da mesma cor; meninos e meninas quase todos de macacozinhos estampados em

Pequim de Marco Polo e da China Socialista

perder se não encontrassem sobre a escrivaninha do seu quarto um mapa do edifício com todas as indicações em chinês, russo, inglês, francês e castelhano, que vimos Pequim, capital gigante de mais de 5 milhões de habitantes, serena como as velhas cidades que viram os séculos rolarem por sobre as suas pedras que, como os povos, são eternas na sua perpétua renovação. Pequim, cidade que repousa entre as frondosas árvores de seus parques e jardins, de largas e retas avenidas que, como flechas, apontam para os quatro pontos cardeais, enfeitada das mil cores de suas flores, cercada de altas muralhas que a encerram em imenso quadrilátero, debruçada sobre lagoas que brilham ao longe como espelhos amarelados; cidade que cresce por todos os lados até aos últimos limites dos horizontes que a visão abarca; paisagem sem igual no mundo, em que os milhares de telhados e torres verde, ouro e azul de seus palácios, templos e pagodes cobrem de rica e estranha poesia a sua outra face, feita do que surge e se controla, trazendo nos fachadas dos modernos edifícios, claras, lisas e quase austeras, no cinza ou na cor de barro dos telhados a marca dos novos tempos, ou conservando ainda as tristes e dolorosas cicatrizes de séculos de miséria e fome, de calamidades, guerras intestinas e contra o invasor estrangeiro, tudo refletido nos velhos e membrados beirões, que aparecem como buracos escuros cavados na própria paisagem.

Os textéis são os operários que mais utilizam os serviços médicos do IAPI, tal a incidência das maléstias profissionais. De janeiro a junho do corrente ano o Sindicato encaminhou 452 processos a esse respeito, numa média de 75 por mês.

No entanto, dos 3 graus de insalubridade admitida, máxima, médio e mínimo, alguns patrões pagam o mínimo ao invés do máximo, e a maioria não paga nada absolutamente.

Textéis Cariocas em...

(CONCLUSÃO DA PÁG. 10)

tiluto, têm direito a receber 2/3 das horas para isso utilizadas, além de lhe ser garantido o descanso semanal remunerado. Mas os patrões consideram a ausência para tratamento de saúde como falta ao serviço, não pagam os 2/3 devidos, descontam o descanso semanal e ainda punem os operários pelas supostas faltas cometidas. As maiores vítimas desta prática são os operários idosos e as mulheres que, por ignorância dos seus direitos, sujeitam-se às punições.

INSALUBRIDADE
O trabalho mais insalubre

I CONGRESSO NACIONAL

Todos esses problemas serão discutidos no próximo Congresso Nacional dos Textéis a ser realizado em São Paulo de 17 a 21 de Abril de 1959. Em preparação haverá convenções nos sindicatos e Conferências Estaduais. Preparativos já estão sendo feitos no Estado do Rio, Espírito Santo, Estados do Norte e Nordeste, Minas Gerais e São Paulo. Faltam manifestar-se os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Mas, enquanto se preparam para o seu I Congresso Nacional, os textéis cariocas enfrentarão, decisivamente a campanha por 25% de aumento de salário, pois o constante aumento do custo de vida, a exploração a que são submetidos e os altos lucros das empresas constituem um escárnio que não pode ser suportado passivamente.

Adicional Por Ano...

(CONCLUSÃO DA PÁG. 10)

mensagens ao dr. João Goulart e ao deputado Tenório Cavalcante, convidando-os para serem os patronos da conquista do adicional e da obrigatoriedade da Empresa vir a pagar a taxa de periculosidade. A assembleia decidiu, ainda, tornar sem efeito quaisquer compromissos anteriores assumidos por outras diretorias e que não tenham sido de seu conhecimento.

A LIGHT PODE PAGAR

É de se prever que, a medida que for pressionada pelos seus empregados, a Light alegará falta de recursos financeiros, apelando para o habitual aumento de tarifas. No entanto, no número de julho-agosto do jornal «Eletrogás», órgão oficial do Sindicato, vários articulistas, defendendo a justiça das reivindicações pleiteadas, demonstram que a Companhia possui recursos mais do que suficientes para atendê-las.

Desde fevereiro de 1956 a fevereiro de 1958 a Light passou a vender mais 1 milhão e 500 mil KWH de eletricidade por dia, segundo dados de boletins da própria empresa. As últimas majorações tarifárias concedidas «exclusivamente para atender às pretensões dos empregados», proporcionam um acréscimo de 13 milhões e 500 mil cruzeiros de renda mensal. Isso, calculando a «grosso modo» e sem levar em conta fenômeno idêntico que deverá ter ocorrido com a produção de gás. Tomando por base que o tempo médio de casa dos 10 mil empregados que reivindicam o adicional, seja de 20 anos — cálculo sem dúvida exagerado — a despesa seria de 10 milhões mensais. Sobrariam ainda 3 milhões e 500 mil cruzeiros para cumprir a Lei que determina o pagamento da taxa de periculosidade aos trabalhadores da Fábrica de Gás.

NÃO PODE SER MAIS RETARDADA A REVISÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

- ★ A elevação do custo de vida justifica de sobra a excepcionalidade
- ★ Personalidades do próprio governo reconhecem a necessidade da imediata revisão
- ★ O governo e as entidades patronais procuram sabotar a reivindicação dos trabalhadores
- ★ Necessária a pressão do movimento sindical para que a luta seja vitoriosa ainda este ano

A luta pela revisão dos níveis do salário mínimo em caráter excepcional foi uma das principais resoluções aprovadas pela I Conferência Sindical Nacional, realizada no Rio em fevereiro deste ano. A Conferência contou com a presença do vice-presidente da República, sr. João Goulart, que hipotecou o seu apoio às resoluções da Conferência. No entanto, a excepcionalidade da revisão não foi até hoje aprovada e nem mesmo todas as Comissões de Salário Mínimo tiveram a sua situação regularizada.

A mesma reivindicação foi formulada por todos os Congressos e Conferências que, nos últimos anos, se seguiram à Conferência Sindical Nacional. As proporções atingidas pela elevação do custo de vida levaram os trabalhadores a exigirem a revisão imediata dos níveis de salário mínimo. Dentre esses conclaves destacam-se os Congressos de trabalhadores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Pará, de Pernambuco, os Congressos nacionais dos bancários, dos aeroviários e dos ferroviários e as Conferências sindicais do Espírito Santo e de São Paulo, além da Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal. Unanimemente, os trabalhadores levantaram nesses conclaves a exigência da revisão do salário mínimo.

Há todas as razões para a excepcionalidade

São incontestáveis as razões que justificam a excepcionalidade da revisão dos níveis atuais do salário mínimo. Desde a entrada em vigor do salário hoje vigente, o custo de vida se elevou num ritmo sem precedente. As estatísticas oficiais do SEPT, referindo-se a um aumento apenas de 17%, estão muito longe de dizer a verdade. No dia 10 último, em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, o sr. Sérgio Magalhães demonstrou, utilizando-se de dados da revista «Conjuntura Econômica», que de 1956 a agosto de 1958 a vida encareceu em 45%, no Distrito Federal, com uma desvalorização da moeda de cerca de 32 por cento.

De fato, se há produtos, como a carne, cujo aumento foi de 17,9%, a maioria dos gêneros de primeira necessidade sofreu aumentos enormes, como é o caso do pão, (123%) arroz (69,2%), leite (56%), peixe (102,5%), farinha de mesa (81%), etc.

Apesar dos altos níveis atingidos pelo custo de vida, antes que tenha sido elevado o salário mínimo, já se anunciam novos aumentos. Nos primeiros dias do mês corrente o Ministro da Agricultura disse que será inevitável um aumento de 8 cruzeiros em quilo do pão, em virtude da equiparação do preço do trigo nacional ao do estrangeiro. No Distrito Federal está em

A necessidade dessa medida, em caráter excepcional, é tão evidente que mesmo elementos representativos dos setores patronais e o próprio governo manifestaram-se a favor dessa reivindicação dos trabalhadores. É o caso do sr. Antônio Devisate, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Também o ministro do Trabalho, sr. Fernando Nóbrega, em declarações públicas, já se expressou de acordo com o aumento do salário mínimo. E, na última semana, o general Teixeira Lott, ministro da Guerra, em audiência com os ministros da Viação e da Fazenda, frisou que o aumento de vencimentos é necessário e deve abranger não apenas o funcionalismo civil e militar, mas também os assalariados.

pauta a majoração das passagens de bonde.

A emissão de papel moeda prossegue em ritmos recordes, provocando a desvalorização crescente do cruzeiro. De janeiro a agosto do ano em curso a emissão foi da ordem de 12 bilhões e 870 milhões. O meio circulante passou de 80 bilhões e 800 milhões, em dezembro de 1956, para aproximadamente 109 bilhões e 500 milhões, em setembro último. Nesse mês, o Ministro da Fazenda, sr. Lucas Lopes, bateu todos os recordes anteriores emitindo 5 bilhões e 200 milhões! («Diário de Notícias» de 14 de outubro). Em seu número de setembro, diz a revista «Desenvolvimento e Conjuntura» que, considerados os fatos, «... é de crer que o nível do meio circulante tende a aumentar em mais alguns bilhões até o final do corrente ano.»

A tudo isso juntar-se-ão os efeitos das instruções 166 e 167 da SUMOC, elevando o custo de câmbio para os produtos essenciais ao nosso desenvolvimento econômico. Elas atingem entre outros produtos os combustíveis líquidos, encarecendo o transporte, com reflexos inevitáveis no custo de vida. Assim, no Distrito Federal já se fala em nova elevação nas passagens dos lotações, aumentadas há menos de dois meses.

Os empregadores boicotam a revisão

Ao invés de adotar medidas progressistas para a solução da crise cambial, tais como a limitação rigorosa, ou mesmo a suspensão das remessas de rendimentos e amortizações do capital estrangeiro e a ampliação do mercado externo, voltando-se mais para os países fora da área do dólar, inclusive estabelecendo relações com os países socialistas, o governo toma medidas para adaptar a nossa economia à política baixista dos preços dos nossos produtos, imposta pelos trustes norte-americanos. Com isso diminui ainda mais a receita cambial, criando maiores dificuldades à industrialização do país.

Diante disso a burguesia brasileira procura descarregar sobre os ombros dos trabalhadores o peso dos ônus exigidos pelo desenvolvimento econômico. Daí a sabotagem movida pelos vogais dos empregados nas Comissões de Salário-Mínimo à aprovação da excepcionalidade da revisão. É o que vem acontecendo em São Paulo e no Distrito Federal, onde os vogais dos empregados viram-se obrigados a manobrar, suspendendo por 30 dias as reuniões da Comissão, ao perceberem que os representantes dos empregadores negariam a excepcionalidade.

O governo não cumpre o prometido

Por outro lado, o governo, embora dizendo-se favorável às reivindicações dos trabalhadores, na realidade proce-

de de acordo com os interesses dos patrões. Apesar das promessas de rápida reorganização das Comissões regio-

nais, e mesmo do prazo estabelecido para a realização dos estudos necessários à revisão, as medidas indispensáveis

vêm sendo proteladas. A própria Comissão do Distrito Federal permaneceu longo tempo sem presidente, impedida de funcionar, e o novo titular só foi nomeado quando o demissionário veio a público expondo pela imprensa a sua situação.

Até hoje, segundo consta, ainda não foram reorganizadas as Comissões dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Goiás, Piauí, Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Alagoas. Isso apesar da Consolidação das Leis do Trabalho estabelecer que as Comissões Regionais de Salário Mínimo devem ter funcionamento permanente, com a renovação bienal dos seus membros.

Trabalhadores em luta

Os trabalhadores estão prontos a lutar em frente única com os empregadores para a

aplicação de medidas progressistas de desenvolvimento econômico do país. Não podem conformar-se, porém, com a política de descarregar sobre os seus ombros o peso das dificuldades. Por isso,

Pressão de massas para a aprovação da excepcionalidade

A luta por aumento de salário, porém, não relega a segundo plano a batalha pela elevação do salário mínimo, que é o que percebe maioria dos trabalhadores. Por isso, de todos os Sindicatos devem, os que vivem de salários, exercer a mais decidida pressão sobre os órgãos governamentais e Comissões de Salário Mínimo, lançando mão de todos os recursos que a lei lhes faculte, a fim de que os novos níveis salariais sejam estabelecidos antes de 1959, conforme o prometido e devido.

No Distrito Federal, onde na próxima semana deve haver nova reunião da Comissão, pois esgota-se no dia 20 o prazo da suspensão de seu funcionamento, os dirigentes sindicais e demais trabalhadores têm oportunidade de comparecer em massa à reunião e fazer sentir a sua disposição de ver aprovada urgentemente a excepcionalidade.

O PLEITO NO ESTADO DO RIO

Vencem os Candidatos Nacionalistas

Desmontada a antiga e poderosa máquina eleitoral amaralista — A Coligação vitoriosa traz ao cenário político fluminense forças novas — Para os postos legislativos e várias Prefeituras irão os candidatos apoiados pelos comunistas

A medida que avança a apuração do pleito de 3 de Outubro torna-se cada vez mais clara a preferência do eleitorado fluminense pelos candidatos nacionalistas, tanto para os cargos majoritários como para as Assembleias Legislativas e para os executivos municipais.

Não padece mais dúvida que é esmagadora a vitória do sr. Roberto Silveira, candidato da Coligação Popular Nacionalista (PTB, UDN, PSP, PSB) a governança do Est., já neste momento com mais de 60.000 sobre a contagem do sr. Getúlio Moura, candidato do PSD, do PRP e da ala mais reacionária da UDN. Para a vitória do candidato nacionalista muito contribuíram os votos e a ativa participação dos comunistas em sua campanha.

FORÇAS NOVAS SURGEM DAS URNAS

Por larga margem de votos já pode-se considerar o eleito senador o sr. Miguel Couto Filho. Sua vitória é a vitória das forças democráticas e nacionalistas do Estado do Rio sobre o sr. Ama-

pectiva de desenvolvimento democrático e progressista e melhoria de condições de vida para o povo, pontos principais da plataforma em torno da qual se uniram os partidos e correntes políticas, que deram a vitória aos candidatos da Coligação Popular Nacionalista.

Vitória nacionalista

Os resultados das eleições em vários Municípios, que vão sendo pouco a pouco conhecidos, confirmam a retumbante vitória obtida pelos candidatos nacionalistas.

Em Campos os candidatos nacionalistas venceram de ponta a ponta com uma diferença de quase 2 para 1 sobre os adversários. Está eleito Prefeito o deputado federal José Alves de Azevedo (PTB), membro da Frente Parlamentar Nacionalista, que contou com o apoio dos comunistas e de ponderáveis setores da UDN e do PSP. Foi derrotado o candidato do PSD e da corrente mais reacionária da UDN, sr. Ferreira Pais, velho reacionário. A vitória do candidato nacionalista foi de mais de 13.000

votos sobre seu oponent, elegendo-se ainda o candidato udenista à vice-prefeito, sr. Edgard Machado, político que sempre sustentou posições definidas frente aos problemas nacionais e às conquistas democráticas do povo fluminense.

Novos prefeitos apoiados pelos comunistas

Em outros Municípios estão vencendo também candidatos que tiveram o apoio dos comunistas e de outras forças democráticas e nacionalistas. Em Nova Iguaçu, por exemplo, terra do candidato a governador derrotado, coloca-se na dianteira, com boa margem de votos, o sr. Arruda Negreiros, candidato da UDN, do PTB e dos comunistas, e sob ameaça de fragorosa derrota o sr. Quintela, candidato do PSD.

Significativa vitória é também a eleição do sr. José Antônio da Silva (Zé Nabe), líder dos ferroviários em Miguel Pereira, que assegurou a sua eleição à Prefeitura local. Em Valença, Nilópolis e em vários outros Municípios vencem os candidatos nacionalistas às prefeituras respectivas. Em Cabo Frio é das mais expressivas a vitória do sr. Edilson Duarte, candidato do PTB e apoiado pelos comunistas, que dispõem de considerável força e prestígio no Município.

Maior representação nacionalista nas Casas legislativas

Prevê-se uma melhoria na composição da Assembleia Legislativa, Câmaras Muni-

por todo o país se multiplicam as lutas por aumento de salário. Nacionalmente estão em luta os bancários, aeronautas, aeroviários, marítimos. Em São Paulo e no Distrito Federal, gráficos, marceneiros, trabalhadores nas indústrias químicas, têxteis, vidreiros, sapateiros, metalúrgicos, padeiros, fumageiros, etc., perfazendo milhões de trabalhadores, que não estão dispostos a se submeter à pauperização crescente ante a elevação constante do custo de vida.

cipais e representação à Câmara Federal graças à eleição de grande número de candidatos nacionalistas.

Já podem ser considerados eleitos à representação federal fluminense os sr. Hely Ribeiro Gomes, Bocayuva Cunha, Arruda Steinbruch. Do-



Aristoteles de Miranda Melo candidato a deputado estadual

mingos Velasco e outros candidatos da Coligação Popular Nacionalista. Candidatos nacionalistas que concorreram sob outras legendas como o cel. Gashypo das Chagas Pereira, Adão Pereira Nunes e outros, vêm obtendo expressiva votação.

Para o Legislativo Estadual deverão ser eleitos líderes operários como Aristoteles de Miranda Melo, ferroviário, João Fernandes, presidente do Sindicato dos Operários Navais, ambos com grande votação. Outros candidatos, igualmente nacionalistas, como Barcelos Martins e Antônio Benjamim, apresentam-se com grandes possibilidades de vitória.

Para as Câmaras Municipais de Volta Redonda, Silva Jardim, Cabo Frio, Niterói, Magé, Barra Mansa, Nova Iguaçu, Caxias e Vassouras, os candidatos nacionalistas receberam grande votação. Em Volta Redonda o candidato a vice-prefeito, Rubem Machado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, apareceu como segundo colocado, com 4 mil votos.



Arruda Negreiros Prefeito eleito de Nova Iguaçu

ral Peixoto e tudo quanto representa de reacionário e antinacionalista. Cai, assim, por terra uma antiga oligarquia e se desmonta a velha máquina eleitoral, mantida há mais de 20 anos no Estado.

Das urnas de 3 de Outubro surgem no cenário político fluminense forças novas que abrem uma ampla pers-